

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

apah

ISSN 0100-6932



Editor: — **Key Imaguire Jr.**

Conselho Editorial: — Sérgio Odilon Nadalin (Presidente), Aímar F. Ribas, Anamaria Bonin, Ana Maria de O. Burmester, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História —
APAH

Travessa José do Patrocínio, 96

Caixa Postal, 1538

80.000 Curitiba, PR. - Brasil

ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Revisão: — **Denise Bottmann**

CAPA:

Foto por ocasião de uma festa de aniversário, em 10 de abril de 1928, da família Zen. Aparecem aí Luís Zen, sua esposa Maria, filhos, noras, genros e netos; vêm-se ainda Fredolin Wolf, Hugo Wolf e sua esposa Beata Seifert Wolf, além de amigos e empregados. A casa, localizada em Lamenha Pequena, município de Almirante Tamandaré, e construída no final do século XIX pelo próprio Luís Zen, foi demolida há seis anos atrás.

(Foto do Arquivo Histórico de Curitiba — Casa da Memória)

Impressão: Gráfica Dois Xis Ltda.

Telefone: (041) 242-6071

Rua Itajubá, 618

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA — APAH
CURITIBA — JUNHO 1981

S U M Á R I O

Ruy Christovam Wachowicz — Apresentação	3
TEORIA DA HISTÓRIA: MODELOS	
Jayme Antonio Cardoso — O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado ..	5
Marionilde Dias Brepohl — Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional .	15
Sérgio Odilon Nadalin — Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba; caracterização de um grupo social	23
DEBATES	
Cesar Augusto Ramos — História e reificação temporal	37
QUESTÕES DE HISTÓRIA REGIONAL	
Ana Maria de Oliveira Burmester — A nupcialidade em Curitiba no século XVIII	63
Alcina Maria de Lara Cardoso — Alguns aspectos das comemorações do 1.º de maio em Curitiba, no período de 1889 a 1920	69
PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES	
Anamaria Aimoré Bonin, Cecília Maria Vieira Helm, Márcia Scholz Kersten, Sílvia Maria Pereira de Araújo — Estudo sócio-econômico da Micro-região de Imperatriz, MA.	77
Odah Regina Guimarães Costa — Instrumentos de trabalho em pesquisa de história social	83
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	
Altiva Pilatti Balhana — Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná ..	97

ISSN 0100.6932

História: Questões e Debates Curitiba a.2 n.2 p. 1-100 jun. 1981

APRESENTAÇÃO

A criação, instalação e funcionamento, a partir da década de 30, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, espalhadas pelo território nacional está produzindo seus frutos. Em Curitiba, esta instituição foi criada em 1938. Seu objetivo era alterar a ordem tradicional do ensino e da pesquisa, em terras brasileiras. A "inteligentzia" de então, visava introduzir no ensino do 3.º grau a onda modernizadora que atingia alguns setores da sociedade brasileira. Era preciso atualizar a preparação de professores e pesquisadores, diante da nova realidade. Dentro dessa nova realidade, estava o preparo de professores a nível de 2.º grau. A geração dos "antigos" professores, auto didatas e recrutados em outras categorias de profissionais liberais, não poderia prosseguir por muito tempo. Era preciso preparar professores mais pedagogos, e técnicos mais qualificados; assim o exigia a nova realidade do ensino de 2.º grau, ao menos nos centros urbanos de maior expressão. As Faculdades de Filosofia entretanto, deram ênfase à formação de professores, deixando a formação de pesquisadores para um segundo plano.

No campo específico da ciência histórica, um passo importante visando um melhor entrosamento a nível nacional, foi dado em 1961, com a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), transformada em 1971 em Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) em virtude de a mesma instituição ter adquirido conotação e representatividade realmente a nível nacional.

A nível regional e curitibano, justamente em 1980, quando eram passadas mais de duas décadas da fundação da ANPUH, um grupo de professores universitários entrosados com profissionais que labutam no ensino do 1.º e 2.º grau, estudantes e outros interessados pelos problemas de História, fundaram a Associação Paranaense de História (APAH).

Esta nova organização, constatando que aos estudiosos de História "são raras as oportunidades para comunicar o resulta-

do do seu trabalho a um público mais amplo”, criou como seu órgão de difusão e comunicação a revista: **História: questões & debates**. O primeiro número saiu a lume em novembro de 1980. Este é o seu segundo. Em toda a iniciativa desse gênero, um dos elementos mais importantes é a continuidade. Visando manter esta continuidade, a APAH se propôs lançar a público o segundo volume de sua revista. Este acontecimento se deve ao fato de a APAH ter crescido consideravelmente. Seus objetivos pedagógicos, críticos e de pesquisa foram compreendidos e estimulados. Este estímulo não veio somente das áreas ligadas à natureza e qualidade do ensino e da pesquisa. Tal apoio estimula e facilita o exercício crítico sobre a realidade, tanto do ensino como o da sociedade em seu todo. Ele amplia o interesse, envolve e estimula o professor e o pesquisador de História, por sua opção: a ciência histórica e a educação.

Ainda há poucos meses, a APAH, tomava conhecimento de uma iniciativa do Conselho Federal de Educação, através do parecer de seu conselheiro Paulo Nathanael, que definia o currículo mínimo do curso de Estudos Sociais e que praticamente reduzia os cursos de História e Geografia a simples “habilitações” da licenciatura plena de Estudos Sociais. Desta forma, a ciência histórica e geográfica, há séculos estruturadas, com objeto próprio de pesquisa e ensino, eram equiparadas a disciplinas como Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica.

O curso de Estudos Sociais criado por uma contingência da última reforma do ensino, vem apresentando notória decadência, mas seria entretanto fortalecido, em detrimento da História e da Geografia, ciências críticas por sua natureza.

Analizando a questão, a APAH entrosada com outras instituições a nível nacional e regional, deu início a uma campanha de reivindicação e esclarecimento, visando impedir tal desideratum. Parece que ao menos tal projeto de resolução foi adiado.

Dentro desse quadro geral, a APAH, dando continuidade ao projeto a que se propôs, de manter e reforçar a linha crítica própria da ciência histórica, torna público o segundo volume de **História: questões & debates**, apresentado pelos seus associados.

Ruy C. Wachowicz

TEORIA DA HISTÓRIA: MODELOS

"O MODELO DE EXPLICAÇÃO HISTÓRICA PROPOSTO POR BRASIL PINHEIRO MACHADO"

JAYME ANTONIO CARDOSO

Professor Adjunto do Departamento de História
do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da UFPR.

R E S U M O

Brasil Pinheiro Machado propõe um modelo de explicação da história paranaense. No seu modelo mais amplo, inspirado em diretrizes dadas por von Martius e por João Ribeiro, diz que a história nacional é a da expansão na ocupação do território a partir de células fundamentais e por multiplicação, feita ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. Para ele a história do Paraná é um capítulo da história regional do Brasil, e que é a história da formação de uma comunidade que adquire individualidade distinta, da seguinte forma: a) pela formação de um centro social de irradiação (Curitiba); b) pela expansão dirigida desse centro e conseqüente conquista de territórios; c) pela subordinação social e política dos núcleos resultantes, ao centro social.

Aprofundando este modelo, propõe "bases para uma **História Social da Sociedade Provincial**". Trata-se do estudo da comunidade paranaense, a partir do estudo dos **grupos sociais**, da definição das estruturas próprias desses grupos.

Dentre as valiosas contribuições de Brasil Pinheiro Machado para a historiografia brasileira, destaca-se brilhantemente a sua proposta de um modelo de explicação da História do Brasil, e mais particularmente da História do Paraná.

Seu modelo abre grandes perspectivas de pesquisa sobretudo no campo da história regional paranaense, ao fornecer ao pesquisador parâmetros claros, bem definidos, de orientação metodológica.

O modelo mais amplo que propõe já foi publicado há algum tempo; porém, sua proposta para a pesquisa em história social é recente e inédita.

Em 1951, ao elaborar sua **Sinopse da História Regional do Paraná**, Brasil Pinheiro Machado propôs o seu modelo de explicação da história paranaense.¹

.....
1 PINHEIRO MACHADO, Brasil. *Sinopse da história regional do Paraná*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951, 26 p.

Fundamentalmente, consiste na observação de um processo específico de expansão na ocupação do território, paranaense ou brasileiro. Para ele, "a história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adatar de uma cultura".²

Dois autores o influenciaram e deram os primeiros passos nessa linha de idéias.

O primeiro foi Carl Friedrich Philipp von Martius. Cientista bávaro, von Martius chegou ao Brasil em 1817 integrando, como outros sábios e artistas, a comitiva da princesa Leopoldina; até 1820 percorreu o país desde Rio de Janeiro e São Paulo até a Amazônia. Deixou importante obra sobre a natureza e os costumes do Brasil, mas deixou ainda valiosa contribuição no que diz respeito à História, que foi a de lançar idéias fundamentais para a compreensão da história da formação brasileira, para ele uma história formada de histórias regionais.

O continuador das idéias de von Martius foi o historiador João Ribeiro, cuja **História do Brasil** apareceu em 1900 com uma abordagem nova, e estabelecendo em definitivo as bases da história do Brasil no rumo dado por Martius.

Sua história evitava a cronologia e a sucessão de governadores, que a seu ver era incompatível com uma história feita "ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos", a partir de "células fundamentais" e "por multiplicação".³

Brasil Pinheiro Machado é o continuador dessa linha; sistematiza tais idéias, aplicando-as à História do Paraná. Desse seu esforço criador é que resulta seu modelo de explicação da história paranaense.

Na **Sinopse da História Regional do Paraná** ele propõe as direções que o historiador deveria seguir para escrever a História do Paraná, em vinte e dois capítulos. Mas antes define seus pressupostos teóricos.

Dizia, já em 1951:

O processo, em largos traços, é este: primeiro se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o inte-

2 PINHEIRO MACHADO, p. 3.

3 RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1960. p. 23.

rior. São as **células fundamentais**. A expansão que daí parte, é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os **múltiplos estímulos...** Essa expansão é espontânea, puramente popular... Mas há uma outra expansão... delineada pelos estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil, e capitães-generais, impelindo a população a se distender, num plano político previamente traçado, para atingir as fronteiras naturais do Brasil que estavam na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia do Amazonas.

2 — As células fundamentais do povoamento estão indicadas [São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão]. Delas parte vagarosamente o movimento demográfico de expansão, que se assenhoreia de largos tratos do território. O limite de cada vila ou comarca vai até onde vão os seus habitantes, que se conservam ligados ao núcleo inicial, de modo que a região constitui uma unidade homogênea de população, de interesses, de convívio, de parentesco mesmo. Nesta expansão, pela imensidade do território ou por estímulos supervenientes, formam-se sub-núcleos, que, primeiro, estão socialmente subordinados ao núcleo inicial regional.

Aconteceu, porém, que outros estímulos, também supervenientes, criaram condições propícias à autonominação de muitos desses sub-núcleos, cuja população, então, a se expandir, criou regiões novas, com autonomia de fato em relação ao inicial núcleo regional.

Por esse processo, as grandes zonas históricas da história regional se fragmentaram e deram origem às atuais fronteiras estaduais, formando as províncias do Império e os Estados da República, que são formação históricas e não artificiais.

É o caso da formação do Paraná.

Primeiro, o atual território do Paraná estava com-

preendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio da qual se formaram os sub-núcleos do litoral, pelo estímulo do ouro de lavagem, e Curitiba, no seu início, pelo mesmo estímulo.

E pelo estímulo da caça ao índio, são rechaçados os jesuítas espanhóis do oeste.

A expansão espontânea dos paulistas em território hoje paranaense, pára aí.

Vem logo, no século XVIII, o segundo grande processo de expansão, que é o oficial, e que leva a conquista, pela posse, até o domínio da bacia do Paraná-Paraguai.

É nessa fase que o pequeno sub-núcleo paulista de Curitiba, adquire sua autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria, afinal, constituir a Província e o Estado do Paraná.

3 — A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta, de qualquer forma, das outras comunidades regionais do Brasil.

Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo:

- a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba;
- b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território;
- c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão, ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto.⁴

Mais tarde, em 1973, ao tratar da **Problemática da cidade colonial brasileira**, Brasil Pinheiro Machado aborda ainda a questão da expansão colonizadora do Brasil, dando, ao mesmo tempo, um resumo do modelo que havia proposto há muito:

.....
4 PINHEIRO MACHADO, p. 6 e seguintes.

A colonização do Brasil, no sentido da ocupação e organização social e econômica do território, é realizada pela expansão da população, organizada em famílias, a partir dos núcleos iniciais da costa: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão.

A expansão consistia na distensão das populações sobre os territórios contíguos, sem que a parte que se mobilizava perdesse o contato físico, social e econômico com o núcleo inicial. Assim se criavam conjuntos regionais com unidade territorial e comunitária, formados de um centro dominante e comunidades subordinadas.⁵

E assim, para Brasil Pinheiro Machado, os núcleos iniciais geraram comunidades, que, algumas, por sua vez, serviram de base para nova expansão e formação de outras comunidades. Trata-se de uma história de migrações, e o Paraná "tradicional" é o resultado da migração paulista (assim como o Paraná moderno será alvo de outros impulsos migratórios).

Mais recentemente, a 1.º de dezembro de 1978, procurando aprofundar a primeira proposta, Brasil Pinheiro Machado apresenta nova sugestão, que qualificou de "proposta de pesquisa e de trabalho", sob o título de **Bases para uma história social da sociedade provincial**.⁶

Seu ponto de partida é a comunidade. A comunidade como uma coletividade de agentes históricos, vivendo numa área territorial definida no tempo e no espaço (há um "corte" preciso: 1853-1889), dentro da qual esses agentes históricos desenvolvem suas atividades quotidianas, dentro de um complexo institucional que lhes provê de uma linha básica.

Os contatos com a terra, a dependência da terra, apresentam-se como traço principal dessa comunidade, que por si é um tipo social.

Dentro desta comunidade histórica, o procedimento do historiador seria o de procurar explicações para essa realidade histórica.

O que se propõe como estudo não é uma sociologia retros-

.....
5 Curitiba, Departamento de História da UFPr, 1973. p. 11.

6 Conferência pronunciada no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

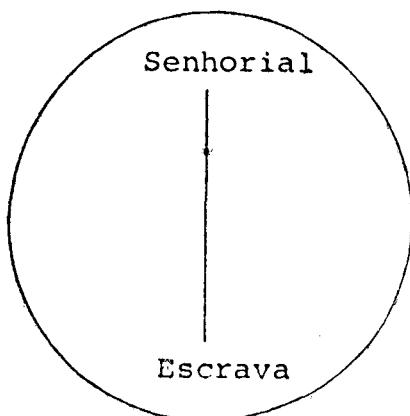
pectiva, uma sociologia histórica, mas história social; na trilha da historiografia francesa mais recente, cita como exemplificadores os trabalhos de Adeline Daumard, "La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848" (Paris, S.E.V.P.E.N., 1963, 661 p. e edição resumida pela Flammarion, 1970), entre outros; ou de Emmanuel Le Roy Ladurie, "Les paysans de Languedoc" (Paris, 1966, 2 vol. 1060 p.); ou de Albert Soboul, "Les Sans-Culottes de l'an II" (Paris, Clavreuil, 1958, 1168 p.).

Em todos esses estudos há uma especificação; eles aparecem como a história de grupos sociais e de suas relações. Estudo de grupos sociais, o qual não visa a exceção, não tem a atenção exclusiva sobre casos particulares, uma vez que sua prioridade são os fenômenos de massas. Por outro lado, também não é apenas história de grupos anônimos.

Procura-se a definição do conteúdo e dos caracteres dos grupos sociais.

O estudo da comunidade paranaense é proposto nesta direção.

Tratava-se a sociedade paranaense do tempo provincial de uma sociedade escravista. Mas escravista em que moldes? Escravista, de qualquer forma. Havia uma estrutura dominante centrada no eixo "Senhor X Escravo". São duas "camadas" distintas na sociedade paranaense.



Então, propõe-se por primeiro: pesquisas sobre a camada senhorial. Trata-se de um só grupo ou de vários agrupados?

Para orientar a pesquisa, propõe-se evitar a aplicação de certos conceitos problemáticos para o historiador. Por exemplo, classes sociais, castas sociais; estes são termos aplicáveis a estudos de sociedades globais, de um sistema específico, o sistema capitalista, com características específicas e definidas, e que nem sempre são encontráveis naquelas sociedades em que tal definição não ocorre. Na fase em questão, não se pode dizer que vigorava, na Província do Paraná, o sistema capitalista e em sua plenitude.

O historiador, que busca trabalhar essa realidade objetiva, teria dificuldade em seu trabalho, correndo riscos de anacronismos terminológicos e conceituais, e ainda poderia limitar o interesse da História Social.

É preciso a intermediação de um conceito se se quer evitar tais situações. Daí propõe-se o estudo do **grupo**. Com a vantagem de significar alguma coisa, que podemos tornar tangível dentro da realidade que estamos estudando. Cristalizando nas **formas institucionais** de comportamento, em contraposição com elementos externos das transformações sociais.

Consiste, pois, em estudar nos grupos as suas estruturas próprias; e os grupos "vistos de dentro". Os grupos vivem numa estrutura que os formou; são formados por uma estrutura econômica específica. Propõe-se partir do "particular", das estruturas internas (que revelariam as estruturas gerais que as definem e que são por elas definidas).

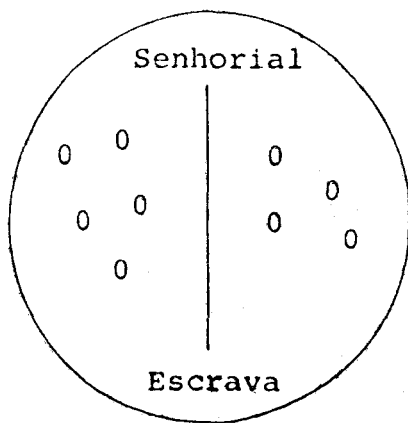
As instituições são a parte que menos se modificam ou que mudam mais lentamente. Assim, dos grupos, estudar os seus comportamentos institucionais, a forma que tiveram na realidade social do tempo: a propriedade, a fortuna, o patrimônio (cada grupo tem sua base material, que não é ainda o capital, nessa fase), a religião, as formas como exerciam ação social nas diversas áreas comunitárias, as ações políticas, a forma de educação da juventude, a dinâmica demográfica, a dinâmica demográfica diferencial entre essa camada dominante e a dominada.

Temos que estudar sociedades concretas, e que estão num determinado lugar e em determinada data. No Brasil meridional temos diversas comunidades e de vários grupos; cada comunidade é constituída de grupos sociais, e que vão mudando. Que vão mudando, mas também que apresentam pontos de resistência às mudanças, os quais podemos atribuir às instituições.

Quanto à camada escrava, é possível fazer-se perguntas: existiam diferenças nessa camada, como em outras partes do Brasil? Isto é, "escravo doméstico X escravo da plantation", (por exemplo, "Casa Grande & Senzala" é um estudo do escravo na família e não do escravo no Brasil). Trata-se de tipificar o tipo de escravidão realmente existente na comunidade paranaense; como o escravo se inseria na sociedade civil (não na sociedade econômica, mas na civil). Ele era considerado coisa, objeto de propriedade; mas se casavam, constituíam famílias, o que quer dizer que eram reconhecidos (aí o papel da Igreja). Portanto, uma "sociedade civil escrava", com suas formas institucionalizadas, jurídicas, etc. E vistas de dentro.

Porém, a sociedade provincial tinha mais gente. Havia a estrutura dominante, "Senhor X Escravo", e outros em conflito tentando penetrar essa estrutura.

Quais seriam os grupos que viviam marginalmente a essa situação Senhor X Escravo, girando em torno desse eixo da definição social da sociedade provincial?



Podemos anunciar:

- a) **os caboclos** — que são os homens livres que participam dessa sociedade.
- b) **os imigrantes europeus**
- c) **os artesãos das cidades** — (grupos sócio-profissionais)
- d) **a burocracia dos serviços públicos** (burocracia administrativa, judiciária, policial, do fisco, etc.)
- e) **o clero**
- f) **os índios** (bugres)

g) os vadios

Complementando, as ações comunitárias eram exercidas, evidentemente, sobre determinadas bases geográficas, quais sejam:

1. Cidade
2. Fazenda
3. Arraial
4. Colônia
5. Toldo (índios aldeados)

Finalmente, Brasil Pinheiro Machado chama a atenção para a consideração de que para conduzir esses estudos, para executar esta proposta, não podemos estar presos a nenhum preconceito sobre qual método deverá ser usado.

A proposição do modelo de Brasil Pinheiro Machado está inserida neste recente e dinâmico processo de renovação conceitual e metodológica da História. Há que se salientar ainda a virtude de se tratar de modelo elaborado especificamente a partir e em função da realidade história brasileira e paranaense. Se não há "importação de modelos", não despreza, contudo, as contribuições metodológicas e conceituais oriundas de outros centros mais avançados, em particular quando detalha seu modelo geral, especificando a abordagem de uma história principalmente social.

ACERCA DO MODELO PINHEIRO MACHADO: UMA LEITURA SOBRE A HISTÓRIA REGIONAL *

MARIONILDE DIAS BREPOHL **

Licenciada e bacharel em História

R E S U M O

Este estudo procurou ressaltar a importância da História Regional como um recurso metodológico legítimo em Ciências Sociais, desde que se articule incondicionalmente à História Global.

Neste sentido, o Modelo Pinheiro Machado foi considerado como um exemplo deste Método. Para a melhor compreensão da obra do referido autor, dividimos seu trabalho em três momentos distintos, procurando interpretá-los a partir da evolução das pesquisas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, cujos resultados o Professor Pinheiro Machado procurou acompanhar com a máxima atenção, fazendo destes um critério fundamental para a continuidade de seus estudos.

1. Introdução

O desenvolvimento acelerado de diversos estudos de História Regional no Brasil, nestes últimos dez anos, tem-nos feito entender a importância de pesquisas monográficas, expressando-se estas em seu conjunto um verdadeiro avanço em nossa historiografia. Primeiro, porque tais pesquisas já eram reclamadas desde Capistrano de Abreu, que entendia que uma História Geral do Brasil precisava estar calcada em aspectos parciais da sociedade em questão. Segundo, pela influência que teve e vem continuando a ter a Escola de Annales, para com os autores brasileiros, que ao contrário do que se pode pensar numa análise superficial, a mesma não refutou o estudo do fato e das particularidades, mas procurou aprofundá-los, não mais como o estudo dos acontecimentos singulares e irrepetíveis, mas sob um novo pressuposto; de que a História Problema buscaria os acontecimentos silenciosos, pouco perceptíveis em um primeiro exame, os verdadeiros movimentos da História: o estudo dos homens em sociedade (Marc Bloch).

De qualquer forma, tanto o apelo de Capistrano de Abreu, quanto a influência da metodologia de Annales, estão permeados por inúmeros historiadores que levam a sério tal necessidade. Entre eles, encontra-se Brasil Pinheiro Machado e seu estudo sobre ocupação territorial e a formação econômica e social do

* Trabalho apresentado inicialmente para a prova didática no Concurso de Auxiliar de Ensino, área de História do Brasil, pela Universidade Federal do Paraná, em 1980.

** Aluna do pós-graduação em História Social, pela Universidade Federal do Paraná.

Paraná.

Há que se levar em conta a importância mesma do conceito de região nos séculos XVIII e XIX, (período em que se detém com maior atenção o autor do Modelo). Nesta época, as regiões estavam mais isoladas entre si, sofrendo menores influências da gestão nacional; as próprias exigências que se impunham às regiões, só eram atendidas com certa lentidão e resistência.

A preocupação mesma em detectar a formação da sociedade brasileira nos leva a atentar para as distinções regionais, inclusive pela política administrativa a que esteve sujeito o país, bem como pela sua estrutura populacional, pelas migrações internas que resultaram (e ainda resultam) na ocupação territorial.

Finalmente, um estudo como o proposto por Brasil Pinheiro Machado exige do estudioso regional, uma tarefa árdua de esgotamento das fontes, no espaço pertinente, levando em conta todos os níveis que compõem a realidade daquela região; a ideologia, a economia, política administrativa, as estruturas demográficas. O pesquisador se vê defrontado com uma totalidade estruturada e não pode, de forma alguma, abandonar a História Integral, visto que se impõem dois trabalhos simultâneos e indissociáveis: a análise dialética do parcial e do global.

2. O Modelo Martius-Pinheiro Machado de

História Regional

A estrutura agrária do século XVIII e XIX foi determinante no desenvolvimento do processo histórico global, e tal sensibilidade teve P. Machado, ao propor seu Modelo. No entanto, este primeiro estudo sofreu algumas revisões e discussões pelo próprio autor, que em sua atividade de magistério, esteve sempre aberto às críticas e sugestões de seus colegas e alunos.

De influência positivista, em 1951 ¹, Brasil P. Machado se liga às idéias de Martius e João Ribeiro, quando deles parte para entender que a História do Paraná é o resultado de três expansões diferenciadas, que resultam nas três conhecidas comunidades paranaenses. Estas, são responsáveis pela ocupação territorial do Estado, mas importam também na formação da estrutura sócio-econômica que ali se constituiu.

¹ PINHEIRO MACHADO, Brasil. *Sinopse da história regional do Paraná*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951. 26 p.

E para buscar a compreensão de uma formação histórica como esta, a Sociologia compreensiva de Max Weber se constitui o ponto de reflexão de que parte o Professor.

De fato, as categorias weberianas, caras a P. Machado, são eminentemente históricas, e nos parece ser esta a principal identidade do autor da proposta explicativa com o Sociólogo Alemão.

Mas o que nos atreveríamos a colocar, é que a "Sinopse da História Regional do Paraná", publicada em 1951, é apenas um primeiro momento de tal Modelo Explicativo. Os constantes estudos que realizou o historiador, levaram-no a procurar novos caminhos e direções de pesquisa.

3. A Dinâmica centro-periférica e a História do Paraná

No estudo da formação das estruturas agrárias do Paraná, P. Machado experimenta uma compreensão mais articulada da História regional, analisando, a partir das teses furtadianas, os mecanismos de conquista territorial e a história econômica paranaense.

Ele entende ter havido uma expansão demográfica em princípio espontânea, basicamente familiar, que partiu dos núcleos de irradiação. A expansão dirigida deste centro, provocou a conquista de um determinado território, subordinado social e politicamente por estes núcleos.

A aquisição de autonomia destes sub-núcleos, forja outra expansão, delimitada pelos Estadistas, pelas iniciativas do poder, preocupados com as fronteiras agrícolas do Brasil.

O caso do Paraná é o resultado da expansão paulista, que adquiriu gradativamente e até certo ponto sua autonomia, com a emancipação de 1853.

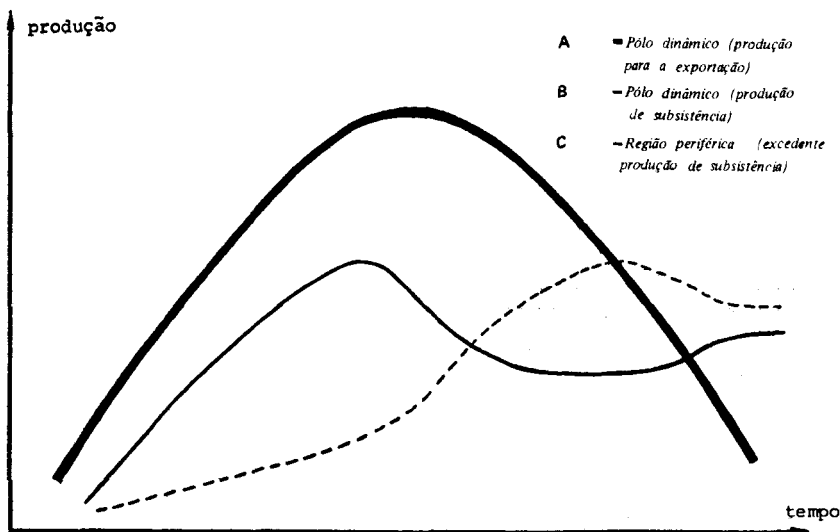
Ele se constitui, entretanto, uma região periférica dependente de um pólo central, cuja obra de Celso Furtado pode nos elucidar com maior precisão, obra esta de que lançou mão também o autor do Modelo, para o caso paranaense.²

A Empresa agrário-exportadora como pólo dinâmico de uma economia, dá margem à criação de outro tipo de Empresa: a de subsistência, cuja produção excedente se condiciona a partir das

2 PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (3):4-27, jun. 1963.

necessidades do mercado interno, mormente representado pela região central. Assim, estas duas economias se articulam e se interdependem, historicamente.

Este mecanismo possui um comportamento tal, que poderia ser explicado basicamente por 3 curvas, dispostas num gráfico da seguinte maneira:



A curva A, que representa o pólo dinâmico, sofre nas fases de ascendência ou prosperidade, um alto grau de especialização em relação ao produto exportável, estando em maior dependência das regiões de subsistência, que com seu excedente, sustentam o núcleo central ou pólo dinâmico.

Tais regiões possuem, nesta fase, um ritmo de crescimento econômico semelhante. Com a crise do setor exportador, o que ocorre na região central é um atrofiamiento de suas atividades, que se vêem obrigadas a voltar-se para a produção de sua própria subsistência, dada sua incapacidade de poder aquisitivo e às vicissitudes do mercado exportador (curva B).

Com respeito à região periférica, representada pela curva C, o excedente da produção de subsistência perde seu mercado e portanto seu sentido (provocando uma crise interna e momentânea na região), que se vê obrigada por sua vez a se voltar para um desenvolvimento endógeno de suas atividades.

É portanto no criatório que o Paraná encontra sua integração primeira na conjuntura nacional. De fato,

A fazenda de criar, nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais, se tornou “empresa” fundamental da economia da comunidade paranaense, durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte.³

Neste período, a estrutura agrária se caracterizou pelo trabalho escravo, a exploração dos campos, o tropeirismo e o criatório, com especificidades próprias, que permeariam toda a evolução econômica do Estado.

E é a partir de tal mecanismo que começa a tomar um corpo mais sólido o Modelo de História Regional: o Paraná inserido em sua dinâmica periférica.⁴

A História Regional pode então ser mais ainda pertinente, de vez que nos estudos empíricos sobre o Paraná, detecta-se que as pesquisas e análises efetuadas sobre esta História, em maior escala, revelam um certo número de inquietações: trata-se de uma economia de tipo periférica: de uma sociedade dirigida pelos clãs familiares isolados, de tipo patriarcal, de uma região sem autonomia política ou administrativa, que ocupou a função de “Comarca” até 1853. A partir desta sucessão de movimentos cíclicos, nós apreendemos em ritmo mais longo, o do sistema escravista que impregnou por sua continuidade, a vida do Paraná nos seus aspectos mínimos [...] na Província do Paraná, o sistema de produção repousava sobre o trabalho escravo e o trabalho livre [...] de qualquer forma, sendo a mão de obra escrava que marcou profundamente a estrutura econômica, tanto do setor comercial de exportação, como no de subsistência.⁵

3 PINHEIRO MACHADO, Formação..., p. 9.

4 Tal comportamento pode ser observado concretamente com a economia de Mineração na região das Gerais e o ciclo do luar. Também com relação às farinhas de Paranaguá (um inter-ciclo que sustentou o comércio paranaense entre a decadência da exploração mineira e o advento da produção do mate). Mais tarde ainda, com o ciclo do mate e o comércio com o Prata, observa-se a mesma dinâmica.

5 SANTOS, C. R. Antunes. L'économie et la société esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887. Nanterre, 1976. p. 3. Thèse. Doctorat de 3ème cycle. Université de Paris X. Ver texto original: "... les recherches et analyses effectuées sur cette histoire sur une plus grande échelle révèlent un certain nombre d'inquiétudes: il s'agit d'une économie de type périphérique, d'une société dirigée par des classes familiaux isolés, de type patriarcal; d'une région sans autonomie politique ni administrative qui a rempli la fonction de "Comarca" jusqu'en 1853. Au delà de cette succession de mouvements cycliques, nous appréhendons un rythme plus long, celui du système esclavagiste, qui a imprégné par sa continuité la vie du Paraná dans ses moindres aspects. Voilà donc les buts principaux de ce travail... Dans la Province du Paraná, le système de production reposait sur le travail libre, y compris pendant la phase "a", de 1870 à 1874, de la reprise économique. Toutefois c'est la main d'œuvre esclave qui a profondément marqué la structure économique, tant dans le secteur commercial de l'exportation que dans celui de la subsistance."

4. Bases para uma História Social da Sociedade Provincial

Como Professor de História da Universidade Federal do Paraná, Brasil Pinheiro Machado acompanhou as linhas de pesquisa assumidas desde 1959 naquele Departamento, sendo estas criticadas e redefinidas continuamente, acompanhando a metodologia francesa, conhecida como Escola de Annales. Estes pesquisadores, preocupados com um sério estudo empírico sobre as atividades da sociedade e economia paranaense, inspiraram o autor a lançar bases para uma História Social do Paraná, que trouxessem em si uma maturação no desenvolvimento das análises até então efetuadas, bem como estabelecessem parâmetros para pesquisas futuras.

Ele propõe, em dezembro de 1978, ⁶, que seja estabelecida como categoria histórica para este período (1853-1889), a Comunidade. ⁷ Esta Comunidade, que representa o concreto histórico em questão, possui uma estrutura: a relação senhor-escravo. Em torno desta relação, articulam-se todas as demais e a elas se subordinam. Mas são as demais relações que importa também estudar, para reconhecer os agentes transformadores deste espaço econômico-social: seria a caracterização dos grupos sociais concretamente conhecidos. São grupos que se situam virtualmente à margem da relação senhor-escravo, como os caboclos, os imigrantes, os artesãos, os funcionários, o clero. Mas também os grupos diferenciados que emergem das fazendas, os burocratas (que se originam do meio rural e gerem a vida política da Província), os homens de pequeno e grande patrimônio; tais grupos dão uma coloração histórica ao que se convencionou propor como estrutural.

A caracterização destes grupos se faria a partir da construção de tipos ideais (Weber), como o Patrimônio, a Burocracia, a Comunidade ("Gemeinschaft") ⁸, os vadios, os caboclos, a religião. A família é vista aí como instituição fundamental (instituição entendida como comportamento normatizado), base onde se assentam todos os demais grupos.

⁶ CARDOSO, Jayme Antônio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. Ver trabalho publicado neste número da Revista.

⁷ Tal terminologia é, ao seu ver, mais precisa e abrangente do que a utilizada por Oliveira Vianna, dos "clãs fazendeiros", ou a de Gilberto Freyre, qual seja, "A família Patriarcal".

⁸ Esta noção pertence originalmente a Tönnies em seu trabalho "Gemeinschaft und Gesellschaft"; mas Weber a reelaborou de maneira histórico-sistemática, em sua obra *Economia e Sociedade* ("Wirtschaft und Gesellschaft").

Seria o estudo dos grupos "vistos de dentro". Para tanto, a metodologia de Annales foi por ele recomendada, dada sua possibilidade de dividir a realidade em níveis de análise para então inseri-las na totalidade.

5. Considerações Finais

A obra completa de Max Weber possui extrema importância pela sua interpretação sociológica da economia em geral,⁹ significando um grande avanço à História Econômica, não só pelo relevante trabalho de sistematização sociológica, mas também porque o conjunto de sua obra se insere num período de maturação do Capitalismo, período em que as transformações econômicas provocam aos cientistas a nítida sensação de que elas se constituem em agentes históricos de alta determinação.

Assim, Weber busca historicamente as origens do Capitalismo, entendendo ser necessária uma visão de conjunto de seus agentes históricos.¹⁰

Ora, a construção de tipos ideais não logrou senão adentrar neste conjunto pelas vias superestruturais. E de novo, a crítica marxista e seu conceito eminentemente infra-estrutural, a saber, os Modos de Produção, traria à História Econômica um sentido fecundo em sua vocação, expressa principalmente na produção científica francesa.

Quando se trata, pois, de estudar uma sociedade periférica como a paranaense, trata-se de estudar uma sociedade pré-capitalista, ou como prefere Pinheiro Machado, uma sociedade onde o Capitalismo está em sua fase instituinte, sem a racionalidade necessária para sua maturação.

Tal subordinação, que deu margem à análise desta economia, sob o enoque do Colonialismo interno¹¹, pôde ser verificada pela situação mesma do Paraná como uma economia tipicamente periférica.

Há pois que entender os rumos que tomou esta economia em sua transição para o Capitalismo, e as demais formas específicas

9. Introducción. In: KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. 3. ed. Barcelona, Ed. Península, 1977. p. 31-5.

10. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967. p. 132.

11 PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo, 1970. 346 p. Tese. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

que perduram até os dias de hoje, tipicamente não capitalistas. Se o corte espaço-temporal é legítimo e necessário, também entendemos ser necessário e legítimo se recolocar o Paraná na estrutura mais ampla de que faz parte. E esta preocupação é igualmente cara ao autor deste Modelo.¹²

¹² Este pequeno estudo não seria possível sem as constantes entrevistas que nos permitiu o Prof. Brasil P. Machado realizar, procurando assim dele mesmo apreender o sentido de seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARDOSO, Jayme Antônio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. Ver trabalho publicado neste número.
 - 2 FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo, Nacional, 1977, 248 p.
 - 3 KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. 3. ed. Barcelona, Ed. Peninsula, 1977. 728 p.
 - 4 PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. São Paulo, 1970. 346 p. Tese. Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
 - 5 ————. A fronteira agrícola. **Revista de Economia Política**, 1 (1):51-75, jan./mar. 1981.
 - 6 PINHEIRO MACHADO, Brasil. **Sinopse da história regional do Paraná**. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951. 26 p.
 - 7 PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História** (3):4-27, jun. 1963.
 - 8 SANTOS, C. R. Antunes. **L'économie et la société esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887**. Nanterre, 1976. 362 p. Thèse. Doctorat de 3ème cycle. Université de Paris X.
 - 9 WEBER, Max. **Economía y sociedad; esbozo de sociología comprensiva**. 2. ed. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1964. 2 v.
 - 10 WESTPHALEN, C. M. et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História** (7):1-52, 1968.
-

IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES EM CURITIBA; CARACTERIZAÇÃO DE UM GRUPO SOCIAL.

SERGIO ODILON NADALIN

Professor Adjunto do Departamento de História do Setor
de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

R E S U M O

Os imigrantes alemães luteranos e seus descendentes inseridos na sociedade curitibana dos séculos XIX e XX definem-se como um grupo social, caracterizado pela coesão étnica e religiosa de seus membros localizados à margem da estrutura dominante e em situação de conflito.

A dinâmica deste conflito é traduzida em parte pelo processo acultutivo resultante do contato entre a sociedade **receptora** curitibana e o grupo imigrante (incluídos os seus descendentes), processo histórico, que passa por fases relativamente sincrônicas — **enclave, simbiose, hibridização** — e que se confunde com o processo de modernização.

A partir da apresentação de dois esquemas hipotéticos do processo resultante dos contatos culturais evidencia-se a importância para a análise da **dialética das durações**. Um desses esboços, que considera a aculturação resultante de duas culturas, uma inserida na outra, é trazido para o concreto por intermédio do exemplo do estudo da "Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba", cuja história passa por quatro grandes períodos: 1866-1894, conjuntura de **enclave** 1895-1919 conjuntura em que se apresentam os sintomas de desagregação do **enclave** inicial 1920-1939, período de crise, que interfere no processo de **simbiose** que se vinha verificando a partir da fase anterior; 1940 até a atualidade, **hibridização**, com tendências para a **assimilação**.

Caracteriza-se a seguir o grupo imigrante na própria dinâmica da aculturação, com base na distinção de diferenças:

1. em relação à etno-cultura original, da sociedade **emissora**;
2. considerando-se a individualidade relativa das gerações descendentes do grupo pioneiro;
3. em confronto com a sociedade majoritária, **receptora**;
4. em relação aos outros grupos imigrantes e/ou descendentes;
5. confrontando-se o grupo instalado com a cultura de novos agrupamentos imigratórios, de mesma origem étnica.

1. Introdução

Durante vários anos, a pesquisa de que tem sido objeto a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba permitiu uma série de reflexões, parte das quais levaram à realização do artigo que se segue. O objetivo do mesmo é, portanto, colocar em discussão algumas idéias a propósito de um aspecto da problemática nas relações inter-étnicas. Este aspecto, caracterizado particularmente pela observação de um grupo imigrante e seus descendentes no **tempo**, é constituído pela dinâmica dos contatos culturais.

Mais especificamente, o objetivo do trabalho é o de colocar em discussão a possibilidade da utilização de um modelo, para cuja montagem foram muito importantes os conceitos propostos por Nathan Wachtel e Jaroslaw Rudnyckyj, principalmente este último, autores mais apropriadamente referenciados no desenvolvimento da exposição.

2. Definição do grupo imigrante

A história do Brasil meridional, como aliás de todo o conjunto nacional brasileiro, pode ter como **démarche** inicial uma perspectiva fundamentada na distensão de populações resultando na formação de **comunidades** regionais, como bem fundamentou Brasil Pinheiro Machado ¹. Esta abordagem partiria de uma conceituação da comunidade tradicional no Brasil, cuja estrutura dominante centrava-se na distinção de duas camadas sociais opostas: os **senhores** e os **escravos**, estrutura esta traduzida na instituição social e econômica do latifúndio campeiro (final do século XVIII).

A dinâmica histórica sintetizada acima traduz a formação do Paraná tradicional: a migração de populações para o oeste a partir de um centro de irradiação em Curitiba, e que resultou na comunidade paranaense mais antiga. Esta, no processo de sua estruturação, teve o concurso de indivíduos tentando penetrar no eixo central **senhor x escravo**, constituindo grupos localizados à margem da estrutura dominante ², em situação de conflito, grupos estes que se deve definir, **de dentro para fora**, por suas estruturas próprias. Alguns destes agrupamentos constituiriam, eventualmente, simples categorias sociais; outros, além de uma certa semelhança e/ou homogeneidade entre seus componentes, definiam-se realmente pela sua unidade, colorida por uma consciência e objetivos comuns.

Desta forma, os imigrantes, especialmente os estrangeiros, organizavam-se no Brasil, a partir da primeira metade do século XIX, em grupos sociais bem definidos, cujos integrantes estariam ligados por um sentimento de **pertencer**, não só originado da identidade étnica e cultural do grupo, mas também pela reafirmação desta, de seus valores e, por vezes, de sua própria dignidade, como resultado do contato com a sociedade **receptora**.

.....
¹ PINHEIRO MACHADO, Brasil. *Problemática da cidade colonial brasileira*. Curitiba, Departamento de História da UFPr, 1973. p. 11 e 12. Mimeografado.

² CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. Ver artigo nesta revista.

Além disto, como migrantes, estes indivíduos agregar-se-iam pela própria circunstância de pertencerem à **corrente social** definida pelo fluxo aberto, em função da migração entre a sociedade **emissora** e a sociedade **receptora**, tendo como resultado a manutenção dos liames com a sociedade de origem. Conseqüentemente, coesão étnica: conduta coletiva em parte determinada pela solidariedade fundamentada num mesmo estado de espírito originado da corrente estabelecida.³ Ao continuarem socialmente integrados na referida corrente, isto é, ao continuarem **imigrantes**, — fato que, pelo menos teoricamente, poder-se-ia manter por várias gerações, dependendo das circunstâncias em jogo — permaneciam os vínculos característicos do grupo social.

Evidentemente, grupos imigrantes estes que também se definiriam, em última instância, pelo desejo, mesmo inconsciente, de seus componentes integrarem-se à sociedade receptora, isto é, à sua estrutura dominante.

3. A dinâmica do conflito

Torna-se nítida a desagregação do sistema escravista no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, processo caracteristicamente singular no sul em função das particularidades regionais das suas estruturas econômico-sociais. A este fenômeno, que já vinha adiantado na segunda metade do século passado, integrava-se um fator exógeno, ou seja, o contato da sociedade luso-brasileira com os imigrantes estrangeiros, apesar destes também serem oriundos, regra geral, de comunidades que se poderia tipificar como **tradicionais**.

Deste modo, o caminho da sociedade brasileira para a **modernidade** — estágio que teria sido alcançado a partir da conjuntura dos anos trinta deste século — foi acompanhado e, mesmo, confundido com o processo de **aculturação**⁴ resultante do contato entre os diferentes grupos imigrantes, entre si, e com a sociedade receptora.

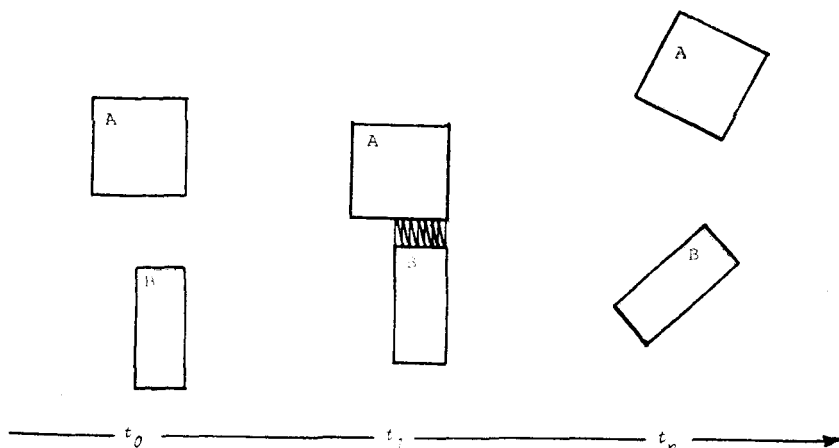
3 HALBWACHS, Maurício. **Morfologia social**. São Paulo, Acadêmica, 1941. p. 100.

4 O termo **aculturação** "desejaria designar todos os fenômenos de interação que resultam do contato de duas culturas". [...] Estes fenômenos, "considerados tanto em seu processo quanto em seus resultados, repartem-se em dois pólos: o primeiro pode ser designado pelo termo **integração**, o segundo por **assimilação**". O primeiro designaria um processo em que os elementos estranhos são incorporados por uma cultura "que os submete a seus próprios esquemas e categorias". [...] "No outro pólo, o processo de assimilação realiza o fenômeno inverso": os elementos estranhos, ao serem incorporados por uma cultura, são acompanhados de uma eliminação das tradições originais. WACHTEL, Nathan. **A aculturação**. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História; novos problemas**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. p. 113 e 118.

É possível adiantar, utilizando o esquema proposto por Rudnykyj, e baseado nos estudos que têm sido realizados com o grupo evangélico luterano de Curitiba, que este processo de modernização e de aculturação parece ter atravessado uma situação marginal de **enclave** para, em seguida, passar a uma fase **simbiótica** e, finalmente, após a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, e correspondendo à modernidade, para uma fase final de **hibridização**.⁵ Este modelo, aplicado a realidades diferentes, concretas, dependerá naturalmente de variáveis tais como as etno-culturas envolvidas no processo e as diversas condições do meio em que se desenvolve o contato. A marcha da segunda para a última fase, observe-se, corresponderia à diluição relativa ou absoluta do grupo na sociedade majoritária, isto é, à sua **integração** e/ou **assimilação** pela sociedade receptora.

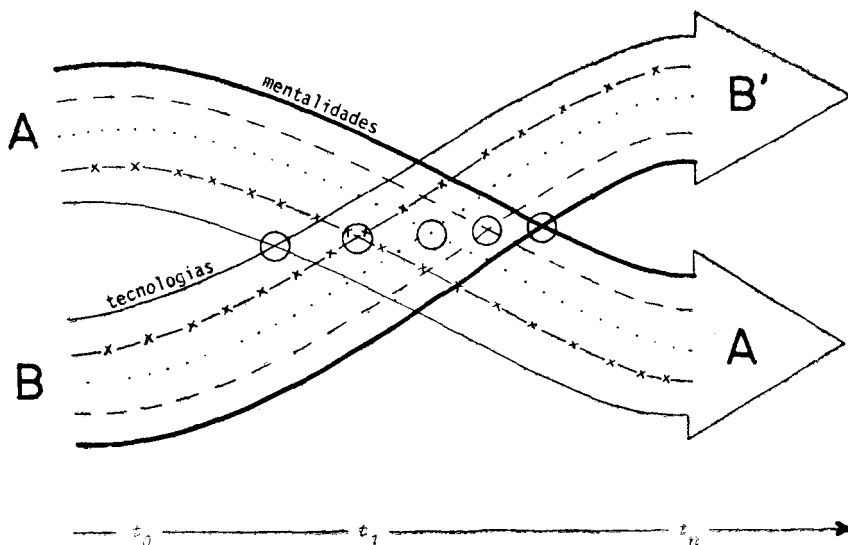
Ao considerar o fenômeno da aculturação, visualizado aqui como um processo histórico, deve-se chamar a atenção para o fato de que não há sincronia perfeita no mesmo. Assim, antes de ser focado particularmente o caso dos luteranos em Curitiba, devem ser feitas algumas considerações a respeito das possíveis situações de contato. Os dois esquemas que seguem procuram generalizar as condições existentes.

O primeiro considera hipoteticamente das culturas em contato "A" e "B", produzindo o fenômeno da aculturação a partir de um determinado momento (t_1), desta forma:



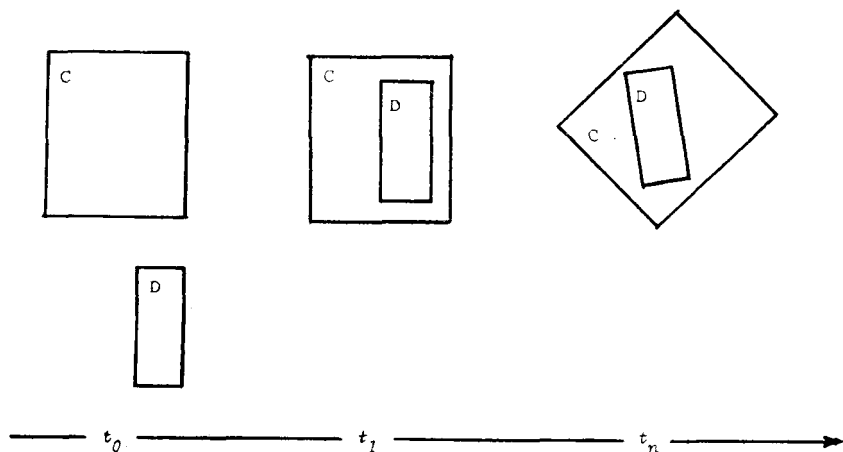
⁵ Nos fenômenos de aculturação, a situação de **enclave** exterioriza uma resistência cultural máxima e interferência mínima em relação à cultura dominante ou majoritária. A situação contrária corresponde à **hibridização**. Finalmente, a **simbiose** corresponde a um contato recíproco e harmonioso, de equilíbrio entre a interferência e a resistência cultural. RUDNYCKYJ, Jaroslaw B. *Cultures in contact*. Separata de RENCONTRE INTERNATIONAL L'AVENIR DE L'HOMME, 7., Bolzano, 1964. *Actes*. Bolzano, Institut International d'Études Européennes Antonio Rosmini, p. 47-8.

Nesta situação, os tipos de relações podem ser os mais variados possíveis, dependendo então dos casos concretos a serem estudados. Todavia, é possível sugerir que, ao levar em conta os **níveis** em que se estabelece o contato (técnicas, economia, política, religião, mentalidades...), o processo resultante poderia ser representado como na figura que segue:

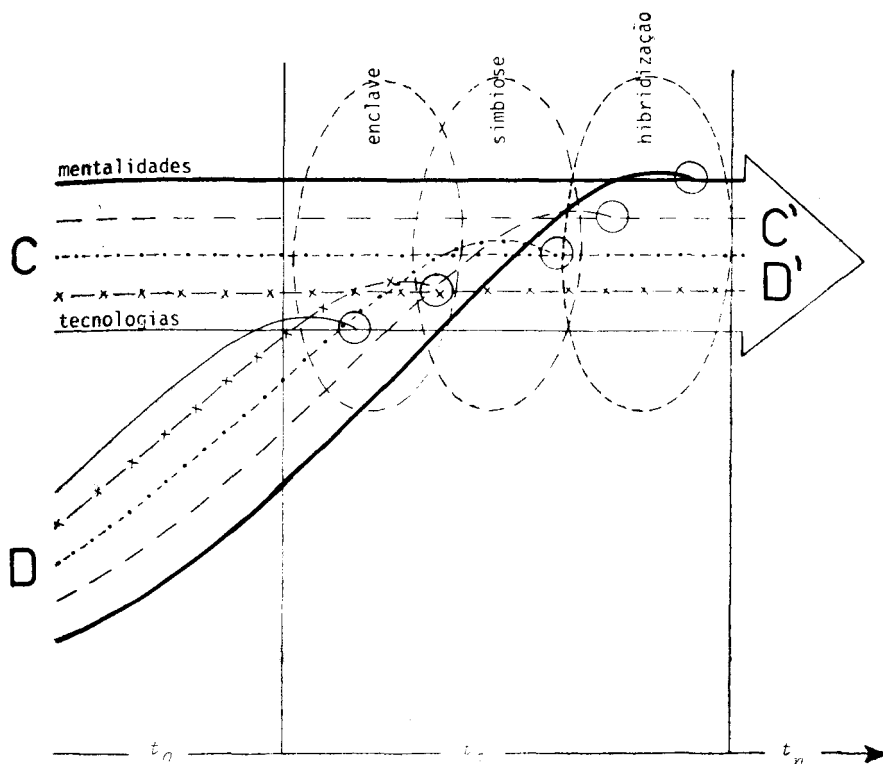


O processo de aculturação não é, portanto, sincrônico, podendo todavia evidenciar uma relativa sincronia (t_1) nos ritmos das resistências e interferências culturais, o que constitui, no esquema **braudeliano**, uma conjuntura ou, mais concretamente, conjunturas.

Uma segunda possibilidade considera hipoteticamente duas culturas em contato, "C" e "D", inserida uma na outra, como ocorreu com certas comunidades que receberam imigrantes. Ter-se-ia, desta forma:



A figura que segue representaria, analogamente ao primeiro caso, o contato (a partir de t_1), evidenciando-se aqui também uma certa sincronia característica da fase de enclave, uma conjuntura (ou várias) tipicamente simbióticas e, finalmente, o processo hibridizante, com ritmo próprio.



Trazendo um exemplo mais concreto: o grupo que constitui a Comunidade Evangélica de Curitiba, de origem imigrante alemã, passou ao longo de sua história por diversas fases conjunturais que, em parte, foram assinaladas pela coerência das resistências e interferências culturais resultantes dos contatos entre seus membros e a sociedade receptora. Deve-se chamar a atenção, de início, que o caráter do grupo é constantemente alimentado pela continuidade do vínculo com a sociedade emissora, em termos físicos traduzido principalmente pela entrada constante de novos membros nascidos no estrangeiro ou em Santa Catarina, na zona de colonização alemã.

A observação que tem sido feita da comunidade permitiu a constatação de quatro grandes períodos, não tão bem delimitados nos seus limites cronológicos, mas que se distinguem uns dos outros, períodos estes de aproximadamente um quarto de século cada um. A primeira fase, onde a rigor se insere o tempo em que os indivíduos do grupo não haviam ainda se constituído

numa associação (1851-1866), cobriria os anos de 1866 a 1894, conjuntura que permite supor, a partir de alguns indicadores que são conhecidos — escolha dos cônjuges, escolha dos prenomes para as crianças por ocasião do batismo, frequência das concepções pré-nupciais... — a hipótese de um enclave, o que se reforça pela evidente solidariedade étnica e religiosa resultante do contato inicial da sociedade imigrante com uma cultura receptora estranha e, aos seus olhos, hostil.

O período que segue (1895 a 1919) é assinalado pelos primeiros sintomas da integração da comunidade na sociedade luso-brasileira majoritária: inicia-se o rompimento com a marginalização característica do enclave. A relativa endogamia do grupo continua, em termos de casamento; porém, os casais que se formaram nesta fase do grupo eram, já em maioria, **teuto-brasileiros**; de origem imigrante, por certo, e partícipes de um agrupamento social diferenciado, no entanto singulares em relação aos pais estrangeiros.

Dir-se-ia que o período de 1920 a 1939 constituiu um retrocesso na dinâmica dos contatos culturais que avançavam, até então, para a simbiose. Ou talvez, nem tanto, o que é necessário ainda comprovar por análises mais profundas e mais amplas, se forem considerados os fatos relativos à conjuntura como constituindo antes de mais nada uma prova a ser ultrapassada no processo de integração. Foi um período difícil de convivência, assinalado por duas guerras em que o Brasil e a Alemanha estavam em campos opostos; período de nacionalismos exacerbados, de ambos os lados, o que colocava os teuto-brasileiros e alemães imigrantes numa situação ambígua e paradoxal. Esta conjuntura, finalmente, tornou-se ainda mais problemática pela inserção de um grande número de **alemães-novos**, resultado da nova fase imigratória alemã inaugurada após a Primeira Grande Guerra.

A fase final, a partir do último grande conflito mundial, observou uma revolução evidente no comportamento do grupo em relação à sociedade de adoção. Os indicadores conhecidos denotam um processo de franca hibridização, caracterizada mais recentemente pela própria mudança do caráter da Igreja, esforçando-se os seus dirigentes em enfatizar o caráter **missionário** da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, em confronto com a tradicional coloração germânica desta confissão.

É necessário, ainda, fazer uma última consideração: este grupo, no decorrer de sua história, diminuiu ao máximo a sua

resistência cultural devido à germanidade, permanecendo, no entanto, certos traços de germanismo entre alguns membros do grupo, principalmente nas gerações mais velhas. Estes traços são enfatizados pela característica que define hoje o agrupamento — trata-se de uma associação religiosa luterana — mas é possível dizer que seu luteranismo não é mais aquele que constituía parte do complexo cultural alemão importado, o **Deutschtum**.

Grosso modo, toda esta evolução — enclave, simbiose, hibridização — é passível de colocar-se em níveis diversos. É evidente que, instalado o grupo em uma zona urbana, ou em função dela, é difícil caracterizar um enclave econômico. Considerando a hipótese da primazia das mentalidades sobre as necessidades econômicas, é, por outro lado, muito mais fácil aventar a idéia do enclave inicial, o que é corroborado pela análise do processo da escolha dos noivos, de caráter endogâmico até pelo menos o final do século XIX, início do XX^o. Há que considerar, porém o global, uma certa sincronia nos ritmos dos contatos; todavia, para uma análise deste tipo, seria necessário avançar mais as pesquisas, o que os dados ainda não permitem. Em outros termos, seria necessário dispor de variáveis que ainda não foram levantadas, como por exemplo a constituição sócio-profissional do grupo. O fenômeno da aculturação não é medido somente pela diluição do grupo imigrante na sociedade receptora: tal fato traduziria uma assimilação. Pelo contrário, o processo é bi-lateral. Além disto, se for considerado o período estudado, e levando em conta algumas evidências já estabelecidas, é possível afirmar que o contato cultural acompanhou o fenômeno da modernização, fenômeno este que também evidencia mudanças na sociedade curitibana, como um todo. Assim sendo, a integração, que corresponde, no esquema de Rudnyckyj, à simbiose, seria determinada em grande parte pelo modo com que o grupo se inseriu na sociedade de classes, constituída com a modernização.

4. O grupo social imigrante; distinções operativas.

Estabelecidos os critérios para a definição dos grupos imi-

6 NADALIN, Sergio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba*; 1870-1969. Curitiba, 1974. p. 74-84. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Paraná.

7 A este respeito ver também NADALIN, Sergio Odilon. *Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba: estudo de grupos imigrantes e descendentes a partir dos registros paroquiais*; 1866-1969. Curitiba, 1979. 35 p. A ser publicado em *Estudos Brasileiros*.

grantes no contexto da sociedade brasileira meridional⁷ e uma hipótese aceitável para o processo de aculturação resultante (Wachtel e Rudnycky), seria necessário, em seguida, estabelecer alguns itens para a caracterização dos grupos na própria dinâmica do processo aculturativo.

Sabe-se que na história dos imigrantes em contato com a sociedade receptora, é possível distinguir diferenças, pois, apesar da aparente homogeneidade etno-cultural dos estrangeiros e seus descendentes, o grupo simbiótico é diferente do enclave, o hibridizante diferente do simbiótico. Conseqüentemente, estas e outras distinções permitiriam, finalmente, complicando, melhor compreender os processos dos contatos culturais:

1.º) A primeira relação a ser considerada refere-se à etno-cultura original, ou seja, à etno-cultura da sociedade emissora. Os sentimentos, expectativas e objetivos que em parte contribuem para a comunhão interna que agrega a categoria migrante diferem qualitativamente dos traços característicos dos grupos permanentes na "mãe-pátria". A história destes indivíduos é comum até o momento da decisão de alguns emigrarem, quando os objetivos considerados desejáveis até aquele momento passam a se diferenciar.

2.º) Considerando as gerações de descendentes como parte do grupo migrante, na medida em que se mantêm os elos da cadeia com a sociedade emissora, os filhos dos pioneiros podem constituir um sub-grupo significativo, uma vez que são marcados diferentemente pela herança cultural comum às gerações propriamente imigrantes. Via de regra, o processo de simbiose — hipótese comprovada por alguns indicadores — realmente começa a partir da existência de filhos brasileiros no grupo. São estes indivíduos, principalmente ao se tornarem adultos, que adotam uma série de comportamentos que denotam uma maior integração do grupo na sociedade de adoção. No caso do Brasil, tal fato poderia ser realçado, e isto é outra hipótese, pela conceituação jurídica do "brasileiro", fundamentado no *jus-solis*. A ambigüidade resultante poderia facilitar o processo da integração, uma vez que a sociedade receptora, por meio de suas instituições jurídicas, permitiria uma melhor harmonização no processo de aculturação, ao definir o teuto-brasileiro, por exemplo, como cidadão.

3.º) A terceira relação a ser evidenciada concerne, naturalmente, à cultura majoritária, receptora, com quem os imigran-

tes entram em contato a partir de sua chegada em solo brasileiro.

4.º) A análise do processo deverá levar em conta, necessariamente, as culturas de outros grupos imigrantes e/ou descendentes, se for o caso, cujas gerações, convém lembrar, também estão em contato cultural recíproco e com a sociedade receptora.

5.º) Finalmente, a quinta distinção operativa relaciona-se à cultura de novos agrupamentos imigratórios. Ilustra este caso a situação descrita para os alemães localizados no Vale do Itajaí-Mirim e a diferença que fazem (ou faziam) entre si os alemães nascidos no Brasil e os chamados "alemães-novos" (*Neudeutscher*). São *Neudeutscher* os alemães que nasceram na Alemanha e emigraram (recentemente) para o Brasil, ou que vieram trabalhar no Brasil. (...)

Essa categoria — alemão novo — é usada praticamente para identificar um tipo de indivíduo: aquele que veio da Alemanha para trabalhar como técnico industrial, ocupando, quase sempre, posição de chefia nas fábricas⁸.

No caso específico, trata-se de conflitos de classe. Em todo o caso, generalizando, é bem possível que as diferenças entre imigrantes recentes e os descendentes de "pioneiros" sejam, em situações outras, marcadamente características para que se possa visualizar subgrupos diferenciados na mesma comunidade étnica, em situação de conflito, abstraindo-se por enquanto as categorias sócio-profissionais existentes no interior destes grupos.

Apesar dos laços que se mantém entre a sociedade emissora e os grupos imigrantes, principalmente destes em relação àquela, é evidente que a dinâmica das duas sociedades é independente: o processo de aculturação pode ser caracterizado por uma eventual deformação da cultura original, em diferentes níveis (a língua, por exemplo), às vezes inconsciente, e agravada no suceder das gerações descendentes. Além disto, é possível que a instalação dos pioneiros no seio de uma comunidade senão hostil, pelo menos estranha (o que se adiciona ao próprio trau-

8 SEYFERT, Giralda. *Identidade étnica e identificação numa comunidade teuto-brasileira no vale do Itajaí-mirim*. Rio de Janeiro, s. d. p. 25-6. Pesquisa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ma da migração) leve à idealização da "mãe-pátria", idealização esta que, evidentemente, não constitui a realidade em que foi verificada a decisão do indivíduo partir; realidade que, além disto, não é estática, isto é, não estaciona no momento em que foi formada a corrente. Entre a comunidade teuto-brasileira comenta-se casos de alemães que, depois de um certo tempo, voltaram em visita ou definitivamente para a Alemanha, decepcionando-se com o que encontraram ou tendo dificuldades na re-integração à comunidade de origem. Embora tais fatos ainda não tenham sido quantificados, ilustram a problemática. O fenômeno seria corolário do que foi exposto, sendo possível também aventar a hipótese de que o imigrante estava mais integrado à sociedade receptora do que a vida comunitária entre os seus deixava perceber.

Como observação final, é evidente que não foi levado em conta, nesta esquematização, outras combinações possíveis que o pesquisador poderá enunciar se assim exigir sua problemática ou sua análise e desde que os dados o permitam. Considere-se novamente aqui a importância da caracterização sócio-profissional dos grupos e subgrupos imigrantes. Por outro lado, é evidente a necessidade de distinguir, por exemplo, detalhando, o subgrupo pioneiro, o subgrupo da primeira geração descendente e o processo de integração diferenciado na sociedade receptora; da mesma forma, as variantes no contato com os outros grupos culturais inseridos na sociedade majoritária.

4. Conclusão

Este artigo, como foi mencionado na sua apresentação, é um convite ao debate, principalmente na medida em que pretende esboçar um modelo que explica a história do processo aculturativo dos imigrantes estrangeiros na sociedade brasileira, e no sentido de que envolve as reflexões de um historiador sobre um domínio geralmente reservado à outras especialidades das ciências humanas. Deve-se salientar, entretanto, que a preocupação do historiador é singular: a história da sociedade é **história**; isto quer dizer que tem um tempo real e cronológico como uma de suas dimensões. Nós não estamos relacionados apenas com estruturas e seus mecanismos de persistência e mudança, com as possibilidades gerais, e com os padrões de suas transformações, mas também com o que realmente aconteceu ⁹.

9 "The history of society is **history**, that is to say it has real chronological time as one of its dimensions. We are concerned not only with structures and their mechanisms of persistence and change, and with the general possibilities and patterns of their transformations, but also with what actually happened." HOBBSBAWM, Eric J. From social history to the history of society. *Daedalus*, 100 (1):29, Winter 1971.

Assim sendo, estas reflexões também resultaram da necessidade de enriquecer a problemática de uma pesquisa que está sendo desenvolvida, envolvendo, estrito senso, a "dinâmica da população evangélica luterana de origem alemã em Curitiba, a partir de 1866" (data da fundação da Comunidade) — um estudo histórico-demográfico e, lato senso, os mecanismos da integração do referido grupo na sociedade curitibana.

As idéias desenvolvidas, como ficou claro no decorrer do trabalho, aguardam outras evidências empíricas, e uma discussão das mesmas no que concerne aos outros grupos imigrantes que, a partir de um determinado momento, constituem juntamente com a sociedade receptora luso-brasileira, a história da sociedade paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. Ver artigo nesta revista.
- 2 HALBWACHS, Maurício. *Morfologia social*. São Paulo, Acadêmica, 1941. 218 p.
- 3 HOBSBAWM, Eric J. From social history to the history of society. *Daedalus*, 100(1):20-45, Winter 1971.
- 4 LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História; novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. 193 p.
- 5 NADALIN, Sergio Odilon. Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba: estudo de grupos imigrantes e descendentes a partir dos registros paroquiais; 1866-1969. Curitiba, 1979. 35 p. A ser publicado em *Estudos Brasileiros*.
- 6 ————. A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969. Curitiba, 1974. 341 p. Dissertação. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 7 PINHEIRO MACHADO, Brasil. *Problemática da cidade colonial brasileira*. Curitiba, Departamento de História da UFPr, 1973. 15 p. Mimeografado.
- 8 RUDNYCKYJ, Jaroslaw B. Cultures in contact. Separata de RENCONTRE INTERNATIONAL L'AVENIR DE L'HOMME, 7, Bolzano, 1964. Actes. Bolzano, Institut International d'Études Européennes Antonio Rosmini, 19. 2 p.
- 9 SEYFERT, Giralda. *Identidade étnica e identificação numa comunidade teuto-brasileira no vale do Itajaí-mirim*. Rio de Janeiro, s.d. 39 p. Pesquisa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HISTÓRIA E REIFICAÇÃO TEMPORAL

CESAR AUGUSTO RAMOS

Professor Assistente do Dept.^o de Filosofia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

RESUMO

A investigação da historicidade deve ser afirmada a partir de uma concreta temporalidade social, isto é, pelo específico tempo histórico, determinado por uma atividade social própria. Essa temporalidade só se efetiva pela forma social, mas é também pré-suposto.

Existem, então, tempos e histórias equivocadas, eliminando, assim, o universalismo histórico.

Contudo, é a partir do Capitalismo que uma temporalidade quantitativa revela a possibilidade de uma história, da sua construção categorial e, ao mesmo tempo, a sua reificação.

A temporalidade capitalista, cujo caráter distintivo é o **quantum**, determina-se, a partir da necessidade social, pela exigência de unidades temporais como medidas para a produção de mercadorias e avaliação da força de trabalho. Mas, se a mensuração do valor de uma mercadoria supõe uma medida temporal, esta medida, por sua vez, é o resultado do valor que se efetiva no mercado.

Com efeito, essa capturação quantitativa do tempo, constitui uma temporalidade reificada (coisificada). Esse seu caráter delimitado eleva-a ao fetiche: suas "virtudes" — pureza, mensurabilidade, neutralidade — são reivindicadas independentemente da forma como essa temporalidade se sustenta e se reitera, aparecendo, para o historiador, como algo natural transcendendo seu caráter especificamente capitalista. De resto, guarda nítida função ideológica ao conservar a historicidade capitalista, mascarando-a do seu aspecto fundamentalmente transitivo.

A lógica da temporalidade capitalista é a da identidade que prima pela eliminação das contradições históricas e pelo mascaramento das crises.

Uma práxis libertadora deve descobrir, na própria fissura da temporalidade capitalista, a possibilidade da libertação. A negação da coisificação é a afirmação da história, de uma nova temporalidade, inscrita no horizonte do possível-utópico, cuja função crítica não é outra coisa senão compulsão à prática revolucionária.

I. Introdução

A relação do homem com a realidade é, antes de tudo, essencialmente concreta, material e prática. O modo como o homem realiza essa relação é dado pela forma social em que os homens estão organizados. A execução dessa forma efetiva-se por uma atividade laborativa que não antecede aquela forma social, mas a repõe pressupondo-a, uma vez que, o que importa não é o trabalho individual, o esforço isolado, mas o trabalho social.

Não há essência humana (**homo faber**) prévia, como também não há um a priori temporal onde se inscreve a ação do trabalho social. Não há um tempo puro, pressuposto de uma prática humana, que se essencializa conforme esta ou aquela determinação social. O tempo não antecede — como se fosse uma matéria prima à espera do seu Demiurgo — a ação social. Tudo se passa como se, antes dela, a eternidade ou o nada existissem. Só existe propriamente tempo no trabalho social. Esse criacionismo temporal não é outra coisa senão o caráter de historicidade que é dado ao homem. Configura-se a história, não na cronometria do devir, ou mesmo num registro documental da presença do homem, mas quando a relação com a realidade é feita pela mediação do modo como os homens estão social e economicamente organizados. Essa relação **efetiva** a história quando a recria pelo trabalho, que simultaneamente faz surgir o tempo, na mesma medida em que repõe a história. Pouco importa que haja uma tradição, uma cultura, um tempo cristalizado, uma história já feita (isso nada mais é que as condições estruturais de um modo de produção), mas o re-aparecimento **desta** história que condiciona **esta medida** de tempo. Se há um a priori temporal, com efeito, é a história que fornece as condições de sua possibilidade, **mas esta história** só existe, pela sua reiteração, dada, exatamente, por um tempo socialmente determinado.

Se a historicidade é esta relação que ocorre entre um determinado tipo de sociedade e a efetiva temporalidade da atividade social daquela sociedade; isto é, entre uma história e um tempo histórico, então não há uma história, mas várias. Assim também não há um só tempo mas vários. O caráter da história de se apresentar a uma determinada sociedade (historicidade), depende do modo como uma temporalidade se efetiva; e ela só se efetiva conforme a maneira como os homens estão concretamente (social e economicamente) organizados. Uma história pressuposta não determina mecanicamente uma medida de tempo, que **a fortiori** não é antecidida por um apriorismo temporal. Entretanto, o trabalho (que sempre tem uma duração temporal) realiza o particular que repõe, dialeticamente, o universal (a história), mas absorve desta o limite da sua medida.

Dessa forma, a história não pode ser entendida como algo abstrato. Não há uma História Universal, mas **histórias** que estão resultando, modos de ser históricos e formas de temporalidade relativas. Assim, pode-se falar de uma história primitiva, medieval e capitalista; assim como de uma temporalidade pri-

mitiva, medieval e capitalista.

II. A Temporalidade pré-capitalista

Nas sociedades primitivas o tempo “não existe em forma de abstração [...] é sobretudo concreto, objetal e sensível [...] Praticamente o sentimento do tempo, nessa sociedade, estende-se apenas ao futuro mais próximo, ao passado recente e à atividade em curso, aos fenômenos do ambiente imediato do homem; para além desses limites, os eventos são percebidos de modo mais vago, são pouco coordenados no tempo e pertencem já ao domínio da lenda e do mito.”¹ O tempo assim vivido pelo primitivo não é neutro. Está carregado de conotações psicológicas e afetivas. Devido a identificação anímica entre a natureza e o homem primitivo — onde a alma do mundo é mãe, útero onde estão as almas dos homens — cada sucessão, cada instante que passa têm sentido. O importante não é a sucessão, mas o conteúdo do devir. O que interessa são os estados e não as transformações. Assim a “consciência do homem primitivo não é orientada para a percepção das modificações: é levada a encontrar o antigo no novo. Por isso, o futuro para ela, não se distingue daquilo que foi”.² Para o primitivo é difícil entender a transformação enquanto uma totalidade composta de momentos ou estados coerentemente integrados. É de se concluir que, devido a essa concepção do tempo, na sociedade primitiva a mudança social é mínima. Se o próprio tempo é cíclico, não há preocupação em trocar um tempo por outro: o novo já está no antigo. “O tempo, ou os modos do tempo: o passado, o presente e o futuro estão dispostos de certo em um único plano e são em certo sentido simultâneos”.³ O tempo é entendido como um todo, um bloco só, algo como que espacializado. O agora é um momento do “pedaço” do tempo que pode perfeitamente ser repetido.

O homem antigo vê o passado e o presente estendendo-se em torno dele, interpenetrando-se e explicando-se um ao outro. O passado sempre dura, e por isso em nada perde para o presente. É sobre essa representação que se fundamentam o culto dos ante-

1 GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, Paul, org. *As culturas e o tempo*. Petrópolis, Vozes, 1975. p. 265.

2 GOUREVITCH, p. 265.

3 GOUREVITCH, p. 266.

passados e todos os arquétipos que se renovam quando se realizam o mito e os ritos, nos períodos de festas [...] Mas o futuro também participa do presente: podemos olhá-lo, exercer sobre ele uma influência mágica; daí as predições, a divinação, os sonhos proféticos, a crença no destino.⁴

Além disso, o tempo é real e sentido vivencialmente. É tão real quanto o resto do mundo. Isso explica-se pela relação da mente primitiva com a natureza. O ser não é dividido pelo espírito científico em categorias distintas e exatas, antes é apreendido na sua totalidade. Como o ser total está no tempo, daí a compreensão do panteísmo e do animismo. Por outras palavras: quando o tempo não é apreendido pela consciência e cerebrializado mas vivido imediatamente, não há sujeito temporal, o que torna possível a identificação com a natureza e com Deus.

O homem primitivo conhece a noção cronológica do tempo, mas o elo de ligação é feito pelo mítico. A ligação do sonho com a realidade é feita de modo real. Não são dois momentos perfeitamente distintos: o do sonho e o da realidade; não são dois tempos, mas um só. A ligação entre esses dois momentos é feita pelas festas e pelos rituais. Desse modo, o antepassado morto existe agora em função do mítico e da feitiçaria. Em certo sentido, o feiticeiro é senhor do tempo.

Fica claro, desse modo, na sociedade primitiva, o sentido da estabilidade dos valores. A sociedade primitiva é altamente conservadora. Mas de um conservadorismo "autêntico". Ela está perfeitamente integrada consigo mesma e com a natureza. Sua temporalidade se inscreve, ao mesmo tempo que realiza, uma historicidade primitiva determinada por uma forma histórica do seu modo de produção.

A questão da estabilidade (permanência) é percebida claramente entre os gregos. O mundo das idéias de Platão é imóvel e eterno. A arte antiga mostra o movimento presente, como o mais acabado e perfeito momento. "As artes plásticas da antiguidade encarnam essa atividade diante do tempo: a interpretação do corpo na arte antiga mostra que os antigos viam no movimento presente a plenitude do ser acabado em si mesmo e não sujeito a evolução."⁵ O próprio cosmos é organismo harmônico. Contemplá-lo é captá-lo na imobilidade. O que muda

4 GOUREVITCH, p. 267.

5 GOUREVITCH, p. 269.

é imperfeito. O vir-a-ser (embora admitido na filosofia de Heráclito) é antes defeito. O pleno é o absoluto, não um absoluto infinito, mas finito. A cosmologia grega dá uma nítida preferência à estabilidade e à plenitude, cujo símbolo perfeito é o círculo.

Essa concepção mítico-poética, estática e cíclica do tempo e do mundo, tão peculiar entre os helenos, se transformará. Essa transformação já se faz sentir entre os romanos, mas é partir da Idade Média que a mudança se tornou muito mais sensível. De um modo geral a concepção do tempo como vetorial, ascendente e irreversível, não cíclico é europeu. A influência do Cristianismo é decisiva.

Rompendo com a concepção cíclica dos pagãos, o Cristianismo utilizou do Antigo Testamento a noção de tempo vivido como um grande processo escatológico, com a expectativa ardente do grande evento em que se resume a história — a vinda do Messias. Partilhando do escatologismo do Antigo Testamento, a doutrina do Novo Testamento transformou essa representação e renovou inteiramente o conceito de tempo.⁶

Mas o cristianismo realizou também o dualismo temporal. As duas cidades de Santo Agostinho é exemplo dessa duplicidade: há um tempo que começa com a criação até o juízo final. Esse tempo é linear, ascendente; é o tempo da e para a criação. Só esse é histórico. É tempo terrestre. É palco para a salvação. "Foi criado, tem um princípio e um fim que limitam a duração da história humana".⁷ Mas esse tempo na verdade não é autônomo, está em função do outro tempo, a eternidade. "O cristão aspira passar do tempo deste mundo para a eternidade, mansão da eterna beatitude".⁸ Esse dualismo aparece na forma de um antes e um depois distintos com a figura de Cristo. "... o tempo histórico adquire uma estrutura determinada, subdividindo-se claramente, no plano quantitativo e sobretudo qualitativo, em duas grandes épocas respectivamente anterior e posterior ao nascimento de Cristo".⁹

6 GOUREVITCH, p. 271.

7 GOUREVITCH, p. 271.

8 GOUREVITCH, p. 271.

9 GOUREVITCH, p. 271.

O historicismo cristão é limitado, já está decidido de antemão: a criatura vem de Deus e volta para Deus. Só há duas opções, ou a salvação ou a perdição; o bem ou o mal. Para ambas já há um plano. É bem verdade que a opção é dramática, mas há um fim para tudo, inclusive para a história. O ideal do cristão é aniquilar a história e se inserir na eternidade. Na verdade, é antes um historicismo de Deus do que da criatura. O "historicismo cristão é específico. Admite a evolução, a mudança; mas essa evolução não é ilimitada e não traz em si possibilidades que poderiam se realizar livremente, ela não pode chegar a resultados inesperados, não previstos. A história cristã se orienta para um limite pré-estabelecido".¹⁰

É de se supor, então, que o historicismo cristão é antes um pseudo-historicismo, pois a dualidade introduzida no real, faz com que a história mundana seja apenas parte, momento de uma "história" divina.

III — A temporalidade no capitalismo

Com o capitalismo surge um modo de produção onde pela primeira vez aparece, segundo Marx, a separação da existência humana ativa, das condições não-orgânicas da existência, onde o homem, para sobreviver, tem de vender sua força de trabalho como mercadoria, e que outros homens — uma minoria privilegiada — utilizando essa força, realizam a sua própria riqueza. Esse antagonismo histórico atesta outro fato; o da reificação do homem na "história" inaugurada pelo capitalismo.

Se na Idade Média o tempo é ascendente, mas dualizado, um tempo agora marcadamente vetorial se faz sentir com intensidade a partir do Renascimento. Há aí uma íntima relação, de um lado, com nova forma de apreensão do corpo, (como algo isolado do mundo, corpo humano propriamente), a noção do individualismo e da consciência (a ipseidade cartesiana), a dominação da natureza e das relações que ela mantém com a razão (ciência operacional), o desenvolvimento do capitalismo. E, de outro lado, com uma nova representação do tempo e da história. "O tempo irreversível, vetorial e divisível em segmentos de igual grandeza e de valor equivalente, esse tempo de nossos cronômetros, relógios e calendários, o tempo usado como forma de existência da matéria, como 'duração pura' faz parte integrante da imagem científica do mundo tal como se formou du-

.....
¹⁰ GOUREVITCH, p. 273.

rante os últimos séculos..." ¹¹ A atomização, racionalização, especialização, divisão, o estranhamento do trabalhador no modo de produção capitalista, atestam a reificação. Se o trabalhador, o processo de trabalho e o produto do trabalho adquirem o estatuto de coisas (res) da mesma forma, o tempo no qual se dá a atividade produtiva do trabalhador, torna-se também coisa, uma quantidade que possibilita o cálculo da duração na produção da mercadoria. O próprio tempo objetiva-se na mercadoria revelando, nela e por ela, caráter de tempo para sua produção.

Pode-se, deste modo, falar em duas "histórias": uma capitalista e outra pré-capitalista. É em relação ao capitalismo, notemos, que todas as outras formações sociais revelam seu parentesco. Com este, inaugura-se uma história cumulativa onde as condições são a dupla separação do trabalho livre e do dinheiro, do trabalho e dos meios de produção. Portanto, é significativo que a análise da gênese do modo de produção capitalista reintroduz uma distinção entre os dois tipos de história. ¹² É no capitalismo que o tempo agora **histórico, linear, ascendente**, surge como problema na sustentação do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que é um novo tempo, uma nova história que tem como parâmetro temporal sua própria historicidade interna. O capitalismo aparece marcado dessa nova história. Teremos doravante relações com um modo de produção revolucionário, em oposição a todos os modos anteriores de produção, que eram conservadores. ¹³ Esse novo modo de produção marca uma descontinuidade de uma nova era em relação a todas as outras anteriores.

Assim, como existe sob a forma cada vez mais eficiente um nivelador, o capital, para avaliar a produtividade; há também uma única medida para indicar o ritmo de produção. Os novos modos de produção na sociedade capitalista exigem a medida do tempo de trabalho com precisão. É preciso dividir a tarefa, impor uma cadência constante na produção. Urge, então, a cronometria, a transformação do tempo de trabalho, um tempo medido, o que torna possível, aliás, o preço da mercadoria, o preço do trabalho. A acumulação do capital exige acumulação do tempo de trabalho que supõe acumulação temporal. "Time is money". Tanto faz acumular tempo ou dinheiro, os dois são reversíveis, compõem um mesmo processo; o de produção de mer-

11 GOUREVITCH, p. 264.

12 LEFORT, C. *Les formes de l'histoire*. Paris, Gallimard, 1978, p. 210.

13 LEFORT, p. 210.

cadorias. Com efeito, está a se exigir que "as distâncias entre os pontos comerciais sejam vencidas mais rapidamente. Os empresários preocupam-se em produzir o mais possível numa unidade de tempo determinada e de aumentar a duração do tempo de trabalho [...] O tempo (ou mais precisamente a hora) se torna a medida do trabalho. Ele adquire um grande valor, transformando-se em fator essencial da produção".¹⁴

A temporalidade capitalista surge como medida fixa e cada vez mais exata. Seu caráter distintivo é a **quantidade**, a transformação em **quantum** da duração histórica. Esse **quantum** não é abstrato, mas medida necessária para se avaliar o tempo de trabalho; *unidade temporal* que surge na atividade de produção do valor de troca no mercado. Se a mensuração do valor de uma mercadoria supõe uma medida temporal, esta medida, por sua vez, é o resultado da mercadoria que se efetiva no mercado. Aqui se vê, claramente, uma temporalidade que determina (pressuposto) o processo; ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, também é determinado (reposto) por uma peculiar historicidade (modo de produção capitalista), que só encontra sentido e realização na expressão quantitativa do tempo.

A categoria tempo é fundamental, então, na determinação do valor da mercadoria: "O que determina a grandeza do valor, portanto é a quantidade do trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso".¹⁵

Para Marx, a própria jornada de trabalho é determinada também por um tempo; "a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador".¹⁶ Desse modo, a jornada de trabalho implica um tempo cuja expressão em valor torna-se necessária à reprodução da força de trabalho; e, em um "plus", isto é, em um excedente temporal que se expressa em valor ultrapassado ao da sua compra: "Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar no tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho ex-

14 GOUREVITCH, p. 280.

15 MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. v. 1, p. 46.

16 MARX, v. 1, p. 261.

cedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção".¹⁷

O tempo do trabalhador não é o seu próprio tempo no sentido da sua livre utilização, mas um tempo para produzir mercadorias e, desse modo, reproduzir a sua própria força de trabalho. O tempo da subsistência do trabalhador está inscrito no tempo da produção de mercadorias. A manutenção da força de trabalho está em relação direta com o tempo de trabalho. Um tempo para a produção (jornada de trabalho) é o tempo necessário à subsistência do trabalhador. É necessário que o próprio trabalhador se constitua em mercadoria, possibilitando, assim, o cálculo da sua subsistência (reprodução). Com efeito, o trabalho, enquanto mercadoria, determina uma nova relação com o tempo. No capitalismo o trabalhador, para poder transcorrer sua existência transforma-se em mercadoria. É o tempo reificado da mercadoria que condiciona a medida da sobrevivência do trabalhador.

Em outros termos, não é o trabalhador que cria o tempo de trabalho necessário para sobreviver, mas é ele enquanto mercadoria, (força de trabalho que necessita a sua re-produção) que determina o tempo do trabalhador, e portanto, da sua sobrevivência. De resto, toda a sua existência centra-se nesse único ponto, o tempo de trabalho:

Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical — mesmo no país dos santificadores do domingo.¹⁸

No capitalismo surge uma medida temporal, um tempo de trabalho, uma atividade de produção de valor para a troca no mercado. Ela é simultaneamente pré-suposto e resultado. Isto é, a mensuração do valor de uma mercadoria supõe uma medida temporal, mas esta medida é o resultado da sua própria su-

17. MARX, v. 1, p. 265.

18. MARX, v. 1, p. 300.

posição, ou seja, a mercadoria efetivada no mercado. Tudo se passa como se o tempo, a unidade temporal, fosse resultado de um processo do qual ele é pressuposto, mas que precisa ser constantemente repostado. O tempo deve se objetivar numa medida. Mas essa objetivação deve ser reiterada, de tal forma que essa reiteração faça parte do processo constitutivo, eliminando-se, assim, a existência de um tempo prévio abstrato.

É o valor de troca da mercadoria que postula a sua quantificação. Ao fazer abstração dos aspectos qualitativos da mercadoria, o valor de troca aparece como equivalente às outras mercadorias. A sua medida, contudo, depende do tempo de trabalho social nele investido. Se, de um lado, a sua manifestação quantitativa (valor de troca) no mercado depende do seu equivalente, no processo da sua constituição, por outro lado, estabelece com uma outra mercadoria (força de trabalho) uma relação constitutiva.

A dominação, a disciplina temporal da força de trabalho, a sua quantificação, é condição básica para a produção do valor de troca que se efetiva no mercado. Cria-se, como consequência, tempos intercambiáveis, só possível pela reificação do tempo; isto é, pela transformação do tempo concreto em tempo abstrato, do tempo qualitativo em tempo quantitativo.

Foi preciso, portanto, no capitalismo, temporalizar o trabalho (quantificar a duração do tempo de trabalho) transformando-o em propriedade cuja venda implica na exteriorização do seu valor de uso "fenomenizado" no tempo. O capitalista só compra a força de trabalho se ela tiver a "virtude" de disciplina no tempo; isto é, de ser algo no processo de trabalho que manifeste começo e fim detectável por uma medida. É evidente que a experiência da temporalidade modifica-se no momento em que a possibilidade do homem permanecer no tempo supõe uma atividade temporal (jornada de trabalho) condicionada à produção de mercadoria. O tempo para o trabalhador é o tempo da sua sobrevivência enquanto coisa que necessita trabalhar (necessita de tempo) para poder subsistir.

Não há outro tempo, só aquele do trabalho que se confunde com a própria duração da vida do trabalhador como tempo útil da duração de uma mercadoria. Do mesmo modo como a mercadoria possui tempo de uso perecível, e cuja validade se mantém enquanto ostenta um valor temporal, assim também a mercadoria-trabalho vale enquanto ela aparece como um valor temporal; isto é, como algo cuja validade está na reiteração de uma

atividade constante perfeitamente apreendida na sua duração. Do mesmo modo como o trabalhador morre (cessa sua temporalidade) se não trabalhar, morre também uma mercadoria se não for consumida. Em ambos os casos a temporalidade é determinada pelo processo de trabalho. O consumo do trabalho por parte do capitalista é a única maneira pela qual pode o trabalhador viver a sua temporalidade.

IV. Reificação Temporal

O caráter de coisa (**quantum**) do tempo significa o deslocamento, a inversão do mundo das relações temporais entre os homens, para o mundo da mercadoria. A sua sustentação está na exigência da subordinação do devir ao tempo certo e quantificado da produção da mercadoria. O tempo, na sociedade capitalista, adquire o estatuto — na expressão de Lukács — de “**continuum** delimitado”, o que torna possível a mensurabilidade das relações sociais. Cria-se, então, formas fetichistas de temporalidade. Formas que postulam a objetividade pelo fato de apresentarem a “pureza” e a “neutralidade” de uma grandeza temporal; e que, como na física, são reivindicadas — de forma a excluir como anti-científicos todos os outros métodos — para a análise da história. São formas que procuram mascarar a dimensão essencialmente transitiva — e portanto histórica — do capitalismo, determinando-o como momento supra-histórico, cuja categoria temporal específica passa a ser extensiva a toda história, comunicando-lhe seu caráter quantitativo.

Ora, se é verdade que, com o capitalismo, determinadas figuras (o trabalhador, o salário, a burguesia, etc.) tornam-se históricas; e, se é a partir do modo de produção capitalista que os outros modos de produção adquirem referencial histórico — uma vez que ele se constitui em realidade presentemente efetivada, como algo que condiciona o seu “outro” — também é verdade que essa “história” capitalista aparece como fetiche, coisificação da história. Assim, a quantificação do tempo no capitalismo ilumina, a partir das suas determinações, todo o passado. O capitalismo “inaugura” a história (ao mesmo tempo que a consoma) na medida em que a transforma necessariamente em **coisa**. Nesse sentido a reificação temporal não é senão o momento vestibular de uma nova história; ou melhor, o começo da história. Daí Marx ter afirmado ser o Capitalismo a pré-história do comunismo. Trata-se, então, de superar a temporalidade reificada do capitalismo.

Essa duração rígida do tempo, onde se passa a história da mercadoria, confere aos fenômenos da sociedade capitalista uma estranha naturalidade que transcende a própria história.

O relógio é o símbolo perfeito da reificação temporal. Para Marx, o “pêndulo passou a ser a medida exata da atividade relativa dos trabalhadores, como o é da velocidade das locomotivas. Por isso, não se deve dizer que uma hora de trabalho de um homem vale tanto como outro em uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada; é, no máximo, a cristalização do tempo. Já não se trata da qualidade. A quantidade decide tudo; hora por hora, jornada por jornada...”¹⁹

DETERMINAÇÕES DA REIFICAÇÃO TEMPORAL.

O tempo na sociedade capitalista ao se tornar coisa apresenta, entre outras, as seguintes determinações:

a) **Estado contra as transformações** (consciência da imediatidade).

Uma das características do tempo reificado é a consciência da imediatidade. As coisas, os fatos, não estão num processo de transformação, mas se fixam em estados isolados. Na consciência burguesa, não havendo a compreensão da totalidade, constituída por momentos mediadores, a facticidade é apresentada como puro “ser-aí”, algo estático, isolado sem a imbricação dialética no todo. Esta atitude diante do real traz, como consequência, a impotência da transformação. Por duas razões: primeiro, porque a análise histórica não se dá dentro de uma totalidade mas dentro de categorias isoladas onde os fatos se justapõem, guardando entre eles sentido de proximidade causal e explicação particularizada.

Em segundo lugar, na prática burguesa a relação entre sujeito e objeto, o sujeito (cogito) encontra-se de tal modo privilegiado, que permanece idêntico e prisioneiro a si mesmo, circulando na experiência sem ultrapassagem qualitativa. A subjetividade permanece encerrada dentro da mudança de estados sem operar uma verdadeira transformação que lhe parece, sempre, como algo incompreensível.

Para o marxismo, a questão da totalidade está ligada à da transformação. A totalidade constitui um elemento decisivo na

¹⁹ MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Grijalbo, 1976. p. 52.

análise teórica da sociedade e na sua prática transformadora. Lukács é claro nesse ponto: para o método dialético a transformação da realidade constitui o problema central.²⁰

Do contrário, torna-se o marxismo um saber contemplativo, uma metafísica. Privá-lo da sua dimensão transformadora é privá-lo da sua forma revolucionária.

A facticidade (social, histórica) ao invés de ser elemento mediador dentro de um processo mais amplo que ilumina o dado imediato, é aceita como princípio independente do sujeito na sua relação prática. Isolada do processo, a facticidade torna-se a explicação única da realidade, constituindo-a segundo leis rígidas e eternas independentemente de seu valor temporal. O caráter factual da situação burguesa, tomado como eterno, natural e ahistórico, é atestado por Marx:

Ao dizer que as atuais relações — as da produção burguesa — são naturais, os economistas dão a entender que se trata, precisamente de um tipo de relações sob as quais cria-se a riqueza e desenvolvem-se as forças produtivas, de acordo com as leis da natureza. Por conseguinte, essas relações são em si, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas as quais devem, sempre, reger a sociedade.²¹

b) Essencialização do presente (presentificação do agora)

A consciência da imediatidade é consciência historicamente reificada porque congela o dado, o fato, presentificando-o. Essa postura eleática exclui o presente da sua radical historicidade ao transformar o fato histórico em facticidade petrificada, onde tudo se congela em 'grandeza fixa', onde a realidade do momento está presente numa imutabilidade total e absurda.²² Para Lukács, esse caráter anti-histórico do pensamento burguês aparece da maneira a mais crua se nós considerarmos o **problema do presente como problema histórico**.²³

A sociedade capitalista fixa o homem num agora (é, portanto, conservadora) ao mesmo tempo que efetua no agora uma

20 LUKÁCS, G. *Histoire et conscience de classe*. Paris, Minuit, 1960, p. 20.

21 MARX, *Miséria...*, p. 115-6.

22 LUKÁCS, p. 229.

23 LUKÁCS, p. 198.

ruptura com o passado e o futuro. No mesmo momento em que enraíza o homem num instante, de tal forma que ele absorva o que se presentifica, coloca-o, simultaneamente, na insatisfação ao propor um pós-instante como possível, mas na exata medida da continuidade do agora. Não há superação (*Aufhebung*), mas o tempo presente essencializa-se nas coisas que estão aí (mercadorias), tornando-se tempo reificado. Contudo, o tempo reificado na sociedade capitalista apresenta uma contradição: se a sociedade presentificasse radicalmente o agora, ela se destruiria por estagnação, ou atingiria um estado absoluto de presente. Ora, como tal situação não se verifica, engendra-se a insatisfação, uma pseudo-mudança, uma ilusão da transformação. Uma sociedade baseada na produção e consumo de mercadorias, coloca-se falsamente como transformadora, sem, de modo algum, alterar a sua própria natureza. A consequência é a eternização do presente, a permanência do "status quo". Não há uma transformação, mas mudança de instantes, alteração de momentos, dentro de um processo quase cíclico. A essencialização do presente transforma a história em abstração, o devir em medida cronometrada pelo relógio.

A certeza da satisfação burguesa exige a paralisação do tempo, e o modo de paralisá-lo é a instrumentalização dada pelo relógio. O gozo burguês no tempo exige um certo domínio do próprio tempo. Seria impossível a gratificação das "necessidades" burguesas sem a cristalização do tempo e, em sentido amplo, da própria história. Por isso, o usufruto dos privilégios das classes dominantes exige uma temporalidade mecânica e abstrata, dada pela transformação do tempo em horas, em "**quantum**" determinado. Mas essa total instrumentalização do devir, essa posse abstrata da duração, esse apego do agora, aliena o homem da sua própria historicidade, na medida em que um falso tempo postula pela sua perpetuação. Falso porque não é criativo nem libertador, pois opera no sentido da permanência do momento presente. As estruturas burguesas são por demais opacas para compreender que, dispor do presente, é negá-lo e, portanto, libertá-lo. É um caminhar que constantemente se despoja. Ao contrário, as classes dominantes criam a ilusão da transformação, um contínuo sentimento de expectativa do melhor, uma confiança no futuro. A reificação temporal assume, então, nítida forma ideológica.

c) Dicotomia do tempo (tempo de trabalho/tempo de lazer)

A divisão do tempo mantém íntima relação com a divisão

do trabalho. Segundo Marcuse, na sociedade burguesa o tempo aparece dividido em duas grandezas: o tempo de trabalho e o tempo liberado. Essa dicotomização do tempo no capitalismo é claramente justificadora da dominação sobre a massa trabalhadora, confundindo o tempo livre com tempo liberado, escamoteando a possibilidade de viver um autêntico tempo livre.

O tempo liberado é um tempo controlado e que existe como apêndice do tempo de trabalho. É tempo concedido, negociado em troca do tempo árduo do trabalho. Para Marcuse,

o controle básico do tempo de ócio é realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, o que requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho. Só quando se atingiu o mais recente estágio da civilização industrial, quando o crescimento da produtividade ameaça superar os limites fixados pela dominação repressiva, a técnica de manipulação das massas criou então uma indústria de entretenimentos, a qual controla diretamente o tempo de lazer, ou o Estado chamou a si, diretamente a execução de tal controle.²⁴

Por outro lado, assim caracteriza Marcuse o tempo do trabalho:

[...] o tempo de trabalho, que ocupa maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio de prazer (...) sob o domínio do princípio de desempenho, o corpo e a mente passaram a ser instrumentos de trabalho alienado; só podem funcionar como tais instrumentos se renunciam à liberdade do sujeito-objeto libidinal que o organismo humano primariamente é e deseja. A distribuição do tempo desempenha papel fundamental nessa transformação. O homem só existe numa parcela de tempo, durante os dias de trabalho, como um instrumento de desempenho alienado; o resto do tempo está livre para si próprio.²⁵

Com a dicotomização do tempo, o trabalho repressivo e alienante não é negado. Confunde-se tempo liberado com tempo

24 MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 60.

25 MARCUSE, p. 58-9.

livre, acreditando-se que a única contraposição possível ao tempo de trabalho é o tempo liberado e que este é uma espécie de recompensa ao "mal necessário" do tempo de trabalho, sem o qual não há tempo liberado. A verdadeira questão, a do tempo livre fica, desse modo, falseada uma vez que ela implica na des-reificação temporal.

A concessão feita pela sociedade capitalista ao tempo de lazer (tempo liberado) é estratégica. Assim como favorece a recuperação institucionalizada para o tempo da penosa jornada de trabalho, evita também a transformação ou subversão do tempo de trabalho, concordada apenas a nível de tempo liberado. Neste admite-se a mudança, a contestação mas jamais no tempo de trabalho. As diversões, o cinema, as colônias de férias, as práticas esportivas, enfim toda a cultura de massa, são guetos da imaginação, que possibilitam a fuga do tempo liberado. É característico da dicotomia temporal o confinamento da imaginação e de outras formas de pensamento não lógicas. Mas, como a imaginação tem papel fundamental na libertação da presença maciça do presente imediato, ela aparece, na sociedade burguesa, como algo ineficaz, ingênuo e incoerente. O controle da força revolucionária da imaginação surge quando ela é confinada a um tempo "adequado" à sua atuação. Se ao imaginar negamos a realidade dada que se determina opressivamente, abrindo brechas para a transformação; o caráter repressivo das classes dominantes se manifesta, domesticando o animal da imaginação, encerrando-o em espaços permitidos, em guetos temporais inocentes.

A sociedade burguesa compreende o perigo da função libertadora da imaginação, pois imaginar é brincar, jogar com o presente, fornecer ao agora um desafio, atestando a viabilidade da categoria do possível. A imaginação pretende antecipar o depois no agora, tornar presente a mudança; o que acarreta uma subversão ao tempo essencializado do espírito burguês. A imaginação tem algo de revolucionário exatamente porque mostra os limites e a pobreza do estabelecido. Aí está o papel libertador da arte, que é, em certo sentido, a configuração "poética do imaginário". A consciência burguesa repele tal função. Só aceita a imaginação dentro dos seus próprios limites, sem nenhum vínculo com a realidade. Qualquer intromissão do sonho é indevida, fruto antes da loucura, e que não deve ser, de modo algum, levada a sério. A seriedade é função da razão instrumental, só possível naquilo que é dado aqui e agora. Com isso, se

faz um verdadeiro anestesiamiento da revolta e a conseqüente acomodação temporal e perpetuação das instituições burguesas.

A mudança, necessidade vital do homem — porque aderente à sua historicidade — deve-se articular com a imaginação que, colocando-se no presente, elucida-o como parcial, precário, não definitivo. A grande função terapêutica da imaginação em relação à consciência temporalmente reificada, é possibilitar a transformação. Para o pensamento burguês, a equação deve funcionar de outro modo: o trabalho está para o tempo liberado, assim como o tempo liberado está para o trabalho. Dessa forma só há um tempo: o do trabalho. A criação do "tempo" do lazer tem a função ideológica de mascarar essa realidade. O controle desse "tempo" de lazer, pela "indústria cultural", é fator decisivo na manutenção do poder das classes dominantes.

d) O controle de transformação (a lógica da identidade)

A racionalidade tecnocrática, baseada na identidade, coloca-se como corolário da reificação temporal, pois pretende controlar a transformação. Segundo M. Horkheimer e T. Adorno, a lógica formal tem sido a grande escola da unificação. A lógica formal oferecia aos iluministas o esquema da calculabilidade do universo. A equiparação do sabor mitológico das idéias com os números nos últimos escritos de Platão, expressa o anelo de toda desmitificação: o número converte-se no cânon do iluminismo. As mesmas equações dominam a justiça burguesa e o intercâmbio de mercadorias (...) A sociedade burguesa encontra-se dominada pelo equivalente. Torna comparável o heterogêneo reduzindo-o a grandezas abstratas. Tudo o que não se resolve em números, e em definitivo ao uno, converte-se para o iluminismo em aparência; e o positivismo moderno confina isto à literatura. Unidade é a palavra de ordem, desde Parmênides a Russell. Continua-se exigindo a destruição — dos deuses e das qualidades.²⁶ A racionalidade tecnocrática, na medida em que procura homogeneizar as desigualdades, acaba imobilizando a transformação. Quando se fixa em modelos rigidamente estruturados e logicamente estabelecidos, termina por controlar a transformação, desconsiderando a história.

Sua visão parte de espíritos, tecnicamente preparados e se dirige a uma única ordem: o fato natural (instrumentalizável pela razão como meios para fins) tanto na Economia como na Política.

²⁶ HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. *Dialectica del iluminismo*. Buenos Aires, Sur, 1970.

A produção para o mercado exige essa reificação e alcança todos os setores da sociedade: sua expressão ideológica lídima é a História Quantitativa. Seu objeto não é outro senão o acontecimento fecundado por uma determinação temporal reificada. Em oposição, a análise histórica não deveria ser outra senão o levantamento das crises, ou seja, daqueles interregnos temporais qualitativos que se colocam como negações da linearidade histórica. A crise coloca-se, ao mesmo tempo, na fronteira e no interior do tempo reificado, uma vez que sua emergência marginal não é outra coisa senão o eclodir daquilo que sempre se procurou esconder: o tempo autêntico, a transformação.

A eliminação das contradições históricas, o mascaramento das crises envolve a geometrização do tempo, a quantificação do real. Na medida em que a contradição é afastada, suprime-se, também, as diferenças temporais: imobiliza-se o pensamento ligado a uma historicidade concreta, restando apenas a dominação lógica linear, uniforme, ahistórica, da racionalidade. A tecnocracia vê na história um perigo. Assim, por exemplo, em relação ao futuro, rico em possibilidades, cria futurologias, que representam, na verdade, a perpetuação da dominação do presente.

A razão instrumental, cujo objetivo é a eficiência, tem por fim último tudo prover e a tudo controlar. Tal perspectiva concebe o tempo histórico como uma disfunção na previsão, pois extrapola aquilo que é imediatamente dado ao controle. O tempo, então, deve ser manipulado a fim de tornar possível o sucesso da previsão e a otimização da ação tecnocrática. A produção econômica se maximizará e atingirá níveis excelentes de eficiência, quando se conformar a um tempo imposto pela racionalidade tecnocrática.

A economia capitalista não poderia funcionar satisfatoriamente sem eliminar, pelo menos em parte, o imprevisto dos processos econômicos.

Ora, como no imprevisível, no desvio, na crise, as contradições necessariamente ocorrem, a solução é perpetuar o presente através de um controle rígido, aceitando-se apenas projeções para o futuro sempre baseados em realidades temporalmente atuais. O pensamento tecnocrático não só é a expressão da reificação temporal, como também contribui para a cristalização do tempo, ao exigir, como necessidade racional da sociedade, o controle das contradições e das crises. A ideo-

logia do planejamento tecnocrático consiste em extrapolar o presente para um futuro “venturoso”, escondendo, assim, as faltas e contradições desse presente. O imprevisível, a dialética a diferença, o futuro rico em alternativas, a própria história, são coisas que devem ser exorcizadas, superadas, pois estão na fase pré-histórica do pensamento científico. Na verdade, para a racionalidade tecnocrática, a história começa com a instauração do seu domínio. O tempo por ela inaugurado tende a ser unívoco, idêntico e, portanto, a se tornar um eterno presente. A transformação, acaba sendo projetada, planejada a partir do próprio tempo reificado, e termina, em última análise, identificando-se com o estado presente. A racionalidade tecnocrática torna-se instrumento e expressão da dominação. Horkheimer e Adorno afirmam que a racionalidade técnica é hoje a racionalidade do domínio mesmo. É o caráter forçado da sociedade alienada de si mesma.²⁷

V. A Práxis Libertadora. A proposta de Lukács

O marxismo entende a práxis libertadora como atividade concreta do homem. Ele é, então, a prática revolucionária e a teoria crítica da sociedade capitalista e da historicidade por ela inaugurada. Desse modo, a história para o marxismo implica num processo de libertação. O capitalismo significa a “pré-história”. A superação da história é a libertação, a eliminação, segundo Marx, “da dominação de todas as classes pela supressão das próprias classes.”

Com efeito, o paradoxo da sociedade capitalista é que, fazendo surgir uma nova historicidade — inaugurando inclusive o problema da história, pois é a partir do modo de produção capitalista que subsume os outros modos que a história ganha um novo referencial — exige a conservação dessa historicidade.

É a partir o capitalismo que são dadas as condições para a transformação, na medida em que o próprio capitalismo gera a possibilidade da radicalidade histórica, ou da revolução, através da libertação da opressão, da emancipação da classe oprimida, e da criação de uma nova sociedade. O problema do presente gerado pelo capitalismo constitui-se em problema de uma superação (*Aufhebung*) e, portanto, o problema da afirmação da história. Contudo, a experiência do presente, como problema histórico, só é possível pela mediação de uma classe cuja co-

27 HORKHEIMER & ADORNO, p. 147.

locação, cujo ponto de vista — pelo fato de circular no presente capitalista e de ser a principal personagem da crise — torna possível a ultrapassagem, na medida em que sua situação é a única que lhe dá condições (teóricas e práticas) de ser a negação do ponto de vista burguês, impossibilitado de historicizar radicalmente o presente, porque tal postura implicaria na negação da determinação da sua própria realidade, e da relação temporal reificada. Ora, a negação da determinação do universo burguês e de todas as suas formas reificadas, só é possível do ponto de vista de uma classe oprimida.

Para Lukács, essa classe é o proletariado: é justamente porque o pensamento proletário tem por objetivo prático a transformação **básica** do conjunto da sociedade, que ele se apodera da sociedade burguesa e de todas as suas produções, intelectuais, artísticas, etc., como **ponto de partida** metodológico.²⁸ Para o pensamento burguês a transformação está atrelada à sua própria condição de classe, a de dominação imediata; ou seja, ela opera dentro dos seus limites, do seu presente, o qual quer conservar. Limites que encerram toda a ação burguesa, fora dos quais já não é mais dada nenhuma outra possibilidade. Por oposição, constitui-se o proletariado em portador do processo histórico. Apresenta-se como uma necessidade histórica no sentido que o seu presente é tarefa da própria história e está por ser feito, na medida em que superar dialeticamente a essencialização do presente capitalista. Sua consciência, aparecendo como a consequência imanente da dialética histórica, não é senão, segundo Lukács, “a expressão da necessidade histórica” ou “a contradição da evolução social, tornada consciente.” Essa consciência deve-se transformar, pela ação do proletariado, em prática revolucionária. Somente o proletariado, enquanto **coisa** no modo de produção pode superar-se, e romper, assim, com o seu estatuto de mercadoria e de imediatidade dada, que tende a ser continuamente reposta, condicionando todo o caráter reificado da sociedade. É nesse processo que a exigência da prática transformadora do proletariado, torna-se uma exigência da própria história ou melhor, é na alternativa de superar a historicidade capitalista que a ação do proletariado aparece como uma necessidade histórica: a ação do proletariado não pode jamais ser senão a realização prática e concreta do **passo seguinte da evolução**.²⁹

28 LUKÁCS, p. 204.

29 LUKÁCS, p. 244.

A atividade do proletariado deve ser, portanto, prática. A questão da dualidade entre conhecimento e ação é superada por Lukács, seguindo a trilha aberta por Marx nas **Teses sobre Feuerbach**: a transformação da filosofia em práxis. Mas esta práxis tem sua condição e seu complemento objetivo — estruturais na concepção da realidade como 'complexo de processos', na concepção, segundo a qual, as tendências da evolução histórica representada em relação às facticidades congeladas e reificadas da experiência uma realidade que vem dessa experiência e não é então de modo algum transcendente, mas é, no entanto, uma realidade mais elevada, a verdadeira realidade.³⁰ Ora, essa realidade enquanto processo não se identifica de modo algum com o ser empírico. Esta realidade não é, ela devém.³¹

Essa atividade prática do proletariado significa, ao mesmo tempo, a superação da reificação temporal, pois ela se constitui como única alternativa dessa superação. A única possibilidade histórica de inaugurar a verdadeira dimensão da temporalidade.

Para Lukács, é necessário compreender o devir num duplo sentido: de um lado, a essência verdadeira do objeto se desvela nesse devir, nessa tendência, nesse processo... de outro lado, o devir é ao mesmo tempo a mediação entre o passado e o futuro, mas uma mediação entre um passado concreto, quer dizer histórico, e um futuro igualmente concreto, quer dizer igualmente histórico.³² O presente adquire uma dimensão histórica pela negação das determinações desse mesmo presente, determinações que fixam e congelam a própria historicidade. A (re) criação do presente significa a sua superação pela criação do futuro: só quando o homem consegue perceber o presente como devir e reconhece nele as tendências com cujas contraposições dialéticas ele mesmo é capaz de **produzir** o futuro, só então o presente, o presente como devir, converte-se em **seu** presente [...] E nesse devir a consciência (a consciência da classe proletária tornada consciência prática) é um componente necessário, indispensável, constitutivo [...] O que a consciência do proletariado 'reflete' é então o elemento positivo e novo que surge na contradição dialética da evolução capitalista. Não é então qualquer coisa que o proletariado inventa ou 'cria' a partir do nada, mas antes a consequência necessária do processo de

30 LUKÁCS, p. 249-50.

31 LUKÁCS, p. 250.

32 LUKÁCS, p. 250-1.

evolução na sua totalidade...³³ A criação dessa nova realidade, desse "novo" tempo, que é também uma crítica à sociedade e ao tempo reificado que nela se instaura; essa consciência de uma classe que vê a possibilidade da transformação, deve ocorrer a partir de uma situação concreta, prática. Somente a consciência da classe do proletariado tornada consciência prática possui esta função transformadora.³⁴

O marxismo significa, então, para Lukács, a teoria dessa prática. Uma teoria revolucionária, onde o conhecimento da realidade, o seu objeto, não pode estar separado do sujeito que opera a transformação do real, o proletariado. Ou ainda, é a transformação do real, o proletariado. É a transformação da realidade (realização do sujeito — o proletariado) que realiza o seu conhecimento (objeto). Para Lukács, o método marxista, a dialética materialista enquanto conhecimento da realidade, só é possível do ponto de vista de classe, do ponto de vista da luta do proletariado.³⁵

A classe dominante é incapaz de ultrapassar o seu próprio interesse da classe; a ligação de uma classe à dominação significa que é possível, a partir de seus interesses de classe, a partir de sua consciência de classe de organizar o conjunto da sociedade conforme seus interesses.³⁶ É preciso, portanto, liquidar com a dominação de classe na sociedade capitalista, emancipar a classe operária instaurando uma nova sociedade, sem classes, mediante a abolição de todas as classes.

Todo o esforço da burguesia, segundo Lukács, está voltado ao sentido do impedir esta transformação e de mascarar o seu domínio. Ora, a história ideológica da burguesia não é... **senão uma luta desesperada para não ver a essência verdadeira da sociedade criada por ela, para não tomar consciência realmente de sua situação de classe.**³⁷ Por outro lado, o proletariado, enquanto classe, (não a "espécie"), é capaz de se relacionar com a totalidade da realidade de modo prático e revolucionário, de conhecer a essência da sociedade. Isso implica — conclui Lukács — o desvendamento do caráter reificado da sociedade

33 LUKÁCS, p. 251-2.

34 LUKÁCS, p. 252.

35 LUKÁCS, p. 41.

36 LUKÁCS, p. 75.

37 LUKÁCS, p. 91.

atual, a luta pela instauração de uma nova historicidade, de uma nova sociedade. O objetivo do proletariado é a luta pela instauração de um novo tempo, é a luta pela sua própria superação: o proletariado se realiza a si mesmo ao se suprimir, ao combater até o fim a luta de classe e instaurando assim a sociedade sem classes. A luta por essa sociedade, de cuja luta a ditadura do proletariado é uma nova fase, não é apenas uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, mas também ao mesmo tempo uma luta do proletariado consigo mesmo: contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista em sua consciência de classe. O proletariado só conseguirá a vitória real quando tiver superado esses efeitos em si mesmo.³⁸

VI. Conclusão. A possibilidade da desreificação.

A questão da possibilidade da desreificação temporal e, portanto, afirmação da história, como tarefa prática-teórica do proletariado, encontra, todavia, restrição em H. Marcuse, entre outros teóricos da revolução socialista. Para este filósofo, o proletariado, nas sociedades industrializadas, é compelido a um processo de cooptação pelo sistema, que não só o induz a perseguir os valores da sociedade estabelecida, como também representa para ele a única oportunidade possível para a ascensão e afirmação social. Seu bem-estar pode já ser conseguido dentro das condições econômicas que as sociedades capitalistas desenvolveram. Assim, o proletariado, por si só — acusa Marcuse — não é mais a classe revolucionária portadora de uma nova história. Seu engajamento se dá no sentido de manter a estrutura social, reformando-a apenas. Marcuse conclui, então, que uma nova classe — aquela dos marginais e párias da sociedade capitalista, das minorias, dos intelectuais, daqueles que se recusaram ou foram obrigados a não participar dos “benefícios” e valores da sociedade capitalista — é que pode tornar viável a transformação. Propositadamente termina sua obra **Ideologia da Sociedade Industrial** com a expressão de W. Benjamim: “somente em nome dos desesperançados é que nos é dada a esperança.”

Se as propostas de Marcuse são revisionistas ou não, é outra questão. Trata-se de verificar que, qualquer que seja o sujeito da revolução, o **telos** revolucionário é condição básica do movimento histórico de superação da reificação temporal no capitalismo. Se a sociedade capitalista reitera sua historicidade

38 LUKÁCS, p. 106-7.

(tudo se passa como se a temporalidade capitalista postulasse a eternidade), como condição mesma da sua permanência, a transformação deve se dar no campo do **possível**, enquanto medida atemporal, posta como fim que ainda não se realizou; mas que, presente no processo histórico, aponta para o momento da sua efetivação. Assim, para E. Bloch, a recuperação da história, ou mesmo sua instauração, implica uma utopia. Segundo Bloch, não pode existir uma revolução autêntica sem que haja uma finalidade. Esse telos faz parte constitutiva do processo de desreificação temporal.

É preciso liquidar com o mito do homem acabado e denunciar o pseudo-utopismo burguês que transfere para um tempo idílico a história como medida escapatória e que se configura, nitidamente, como fuga. A utopia deve nascer da recusa do homem em aceitar-se tal como ele é. Para o pensamento reificado, o real se esgota no imediato, no presente. É o dado, o fenômeno, o que aparece, o ato positivo, o empiricamente observado. A verdade se reduz à análise "científica" desse material. Por outro lado, é preciso recuperar a verdade enquanto tensão dialética entre o que é, e o que ainda não é. A realização dessa tensão é possível assumindo-se radicalmente a história. Um dos momentos dessa dialética, é a "consciência antecipadora", porque não se esgota no presente, nem se exaure no instante. Esse ver histórico para além do horizonte, permite que a inteligência perceba adiante do estatuído, engajando a ação no sentido da transformação.

A consciência da utopia, posta como possibilidade concreta, é a consciência do movimento que, esboçado no passado, promete a sua concretização num futuro, cuja realização depende de uma práxis libertadora que nega a temporalidade capitalista.

A utopia está, como mostrou Ernst Bloch, associada ao princípio de **esperança (Prinzip Hoffnung)**. Ou seja, um princípio que se encontra tanto no começo, como origem e fonte de uma ação, como um elemento dinâmico que sustenta a ação. Esperança é a fé na revolução. Assim o homem, enquanto ser carente, deseja; e desejar é acreditar na possibilidade da realização desse desejo. Ora, o desejo de um mundo melhor não é fuga, escapismo; antes constatação empírica da precariedade do estatuído. A esperança se coloca a partir da carência do real, do presente. Não se trata de uma "utopia" no sentido vulgar do termo, como também não deve ser confundido com a busca de

Deus. É uma totalidade mediada pela ação e pelo desejo, transcendente porque não está aqui e agora; mas imanente pois é decorrência da história. É o possível total imanente-transcendente. É a antevisão do histórico não repressivo. É verdade que essa antevisão tem muito de imaginação. Não a imaginação vulgar, mas aquela que liberta do presente imediato, coloca-se como uma modalidade da "consciência antecipadora" (E. Bloch); pois, por ela é possível antecipar o ainda-não-sendo ("Noch nicht sein"). O utópico é engendrado por uma dialética antecipadora-negadora: por uma práxis revolucionária que se afirma na negação do real reificado, no mesmo momento que aponta algo que ainda não é. Assim o princípio fundamental é o espero logo não sou. Na espera descobre-se que falta alguma coisa. Esperar não é imobilismo, nem escapismo a uma situação dada; é sentir-se provocado até a parte mais íntima da existência. Desse modo, a esperança blochiana é uma contestação radical. É uma negação ao estatuído. Ao se colocar do ponto de vista da consciência antecipadora a dialética da negação, afirma a possibilidade de poder mudar a situação. E. Bloch diz que o nihilismo conclui do não ao nada, a esperança passa do não ao ainda não. Esperar, ou utopizar é concluir que o real ainda não é o que ele deve ser. Essa espera não é inatividade, mas compulsão a fazer algo. Quem sabe, até, postulando o anarquismo como uma forma de utopia que subverte o real, apelando para a própria negação de uma utopia positiva.

Uma das funções da utopia é a crítica. Afirma que o real não se esgota no imediato. O real é muito mais do que aquilo que está maciçamente presente. Ao introduzir a crítica, o pensamento utópico impede a acomodação com a simples constatação daquilo que existe, do que está aí, colocando-se em posição contrária ao pensamento instrumental que afirma que o positivo, o dado, o factual é o que basta, pois é passível de dominação racional. A razão instrumental — cuja atuação se faz pela manipulação da natureza, onde a expressão típica é o domínio do tempo, a cronometria do devir — se afirma devido a sua poderosa operacionalidade. A verdade é então aquilo que dá resultado e que pode ser quantificada. Jamais surge como transcendência. Ora, a superação do presente é possível por um pensamento negativo que se coloca como aspiração, insatisfação, impulso a, tensão para: supõe um sentimento de incompletude, de irrealização. Esta outra realidade, entretanto, não está assegurada, não é uma certeza ontológica, positivada no porvir, devido à parcialidade do agora; como também não é fuga do real para um

além. A utopia não supõe a idéia de certeza.

A imagem do socialismo, que a utopia evidencia como meta última, anteposta, à reificação temporal, tem a obrigação de achar, dentro de si, a força para bastar-se a si mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, Paul, org. **As culturas e o tempo**. Petrópolis, Vozes, 1975. p. 263-83.
2. HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. **Dialectica del iluminismo**. Buenos Aires, Sur, 1970. 302 p.
3. LEFORT, C. **Les formes de l'histoire**. Paris, Gallimard, 1978. 329 p.
4. LUKÁCS, G. **Histoire et conscience de classe**. Paris, Minuit, 1960. 417 p.
5. MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 232 p.
6. MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. v. 1.
7. ————. **Miséria da filosofia**. São Paulo, Grijalbo, 1976. 222 p.

QUESTÕES DE HISTÓRIA REGIONAL

A NUPCIALIDADE EM CURITIBA NO SÉCULO XVIII

ANA MARIA DE OLIVEIRA BURMESTER

Professora Assistente do Departamento de História do
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

R E S U M O

Ao analisarmos a nupcialidade em Curitiba, procuramos detetar comportamentos que configurem um padrão característico, refletindo uma certa organização social.

A presença do escravo é elemento importante para a compreensão da rígida hierarquia social: os livres ou são proprietários, ou fazem parte da massa de despossuídos, voltados para a agricultura de subsistência, ameaçados pelos recrutamentos sucessivos da época.

Nesta sociedade, os casamentos entre iguais constituem a regra. O casamento não é universal, permitindo esse fato a consolidação das uniões livres e o número significativo de filhos ilegítimos. As mulheres casam nas idades mais jovens, garantindo assim uma descendência elevada.

As exigências impostas pela necessidade de mão-de-obra são em parte satisfeitas pela reprodução da população local.

Introdução

A análise da nupcialidade em Curitiba revela aspectos do comportamento de uma população luso-brasileira, no Brasil Colônia.

Além da importância que adquire a análise demográfica, no que diz respeito à mensuração de fenômenos até hoje analisados qualitativamente, nos preocupa a significação destes fenômenos do ponto de vista da história social e das mentalidades.

Desta forma, procuraremos detetar as linhas básicas do que seria o padrão de nupcialidade vigente em Curitiba, tendo como ponto de partida a hipótese de que a forma que adquire este padrão de nupcialidade está vinculado diretamente a uma dada organização social.

Em outras palavras, são formas que a sociedade estabelece a fim de regulamentar as relações entre homem e mulher, como condição necessária à sua sobrevivência.

Também a nupcialidade é encarada sob o aspecto amplo de ser uma instituição reguladora do comportamento reprodu-

tivo desta população.¹

2. A VILA E SEUS HABITANTES

Curitiba, no século XVIII, representa um núcleo secundário na organização econômica do Brasil Colônia.

Criada a partir da expansão paulista, a população que se estabelece em Curitiba reproduz as grandes linhas de povoamento do Brasil. A presença de brancos, africanos e índios configura o caráter étnico da população local.

Economicamente voltada para as atividades mineradoras, num primeiro tempo, a população evolui para uma agricultura de subsistência, que garante a produção de algum excedente comercializável.

Durante o século XVIII, uma certa especialização se delineia, na medida em que parcela da população de Curitiba volta-se para as atividades criatórias e de transporte do gado. Através da Estrada de Viamão, os tropeiros conduzem o gado do Rio Grande do Sul até Sorocaba, onde se realiza a grande feira anual.

A mão de obra utilizada nestas atividades é majoritariamente escrava. Em 1798, o Mapa das "Ocupações dos Habitantes da Paróquia de Curitiba", onde é recenseada a população adulta masculina, revela que um total de 1237 escravos, de ambos os sexos, representa 60% do total da população ocupada.²

A importância do escravo é indiscutível, entretanto outras camadas compõem a Sociedade curitibana. Os próprios livres, brancos e mestiços, estão diferentemente colocados na hierarquia social. Alguns são proprietários, funcionários da burocracia, outros ainda podem ser classificados como pobres: são agregados, assalariados, jornaleiros, vagabundos ou mendigos. Acrescentando ainda os índios "administrados", configura-se a rígida hierarquia que impera.

A necessidade de mão-de-obra para a agricultura, uma vez que a propriedade do escravo é privilégio, principalmente, da

.....
1 Não esqueçamos, neste ponto, a importância dos nascimentos ilegítimos, uma variável importante, uma vez que 21% dos nascimentos são ilegítimos, no período 1731-1798. Ver: BURMESTER, A. M. *La population de Curitiba au XVIII^e siècle*. Montréal, 1981. p. 263. Dissertation. Ph. D. Université de Montréal.

2 Ocupações dos Habitantes de Curitiba no ano de 1798. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo -- Caixa 206. Dos 827 livres, 541 são recenseados como agricultores, seja 65,4% do total, enquanto 86 pessoas são recenseados como arrieiros, representando 10,4% da população livre ocupada.

elite dominante, condiciona a política populacionalista da Metrópole, política esta ainda mais justificável quando lembramos das circunstâncias da época. As expedições para o reconhecimento dos sertões (Tibagi, Guarapuava); a necessidade de recrutamento para as milícias, devido às guerras no Sul do Brasil, provocam o deslocamento de parcelas significativas da população adulta de Curitiba.

Para a milícia e as expedições são recrutados, de preferência, os homens solteiros. Na falta destes, seriam recrutados os casados, sem ou com poucos filhos.

Esta preferência revela claramente a preocupação populacionista da época, consubstanciada no incentivo ao casamento, e na aceitação implícita dos filhos ilegítimos.

A análise da nupcialidade em Curitiba, visto sua importância como instituição reguladora de relações que são sociais, aborda uma característica importante, apesar de não exclusiva, da reprodução necessária de homens e do modo de produção.

3. FONTES

Para a análise da nupcialidade, utilizamos como fonte básica os registros de casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

O levantamento e a coleta de informações abrangem um total de 1828 registros de casamento sendo utilizados de forma mais detalhada 1646 registros, referentes à população livre. Devido às dificuldades na análise da população escrava e indígena, por problemas inerentes às próprias fontes, nos limitamos ao estudo da população livre.

As informações contidas nos registros de casamento são as seguintes:

- a) data do casamento;
- b) lugar da realização da cerimônia (Curitiba ou capelas filiadas);
- c) nome e sobrenome dos cônjuges;
- d) local de origem e de residência dos cônjuges;
- e) nome e sobrenome dos pais dos cônjuges;
- f) assinatura do padre e das testemunhas.

Os dados foram transcritos em fichas de família, segundo o modelo proposto por L. Henry e M. Fleury.³

.....
3 FLEURY, M. & HENRY, L. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploration de l'état civil ancien*. 2. éd. Paris, INED, 1976. 182 p.

4. A NUPCIALIDADE

Ao analisarmos as vagas matrimoniais que são estabelecidas, uma primeira perspectiva torna-se patente: os casamentos entre iguais constituem a maioria absoluta dos casos, refletindo a endogamia de classe característica de sociedades tradicionais.

Segundo a tabela abaixo, notamos que a hierarquia social é rígida, pois 86% dos casamentos envolvem pessoas livres.

Casamentos segundo a condição social, 1731 — 1798

Homens Mulheres	Condições			
	Livre	Índio	Escravo	Total
Livre	1.574	1	33	1.608
Índia	14	6	0	20
Escrava	24	0	176	200
Total	1.612	7	209	1.828

No entanto, o que nos parece mais interessante são os casamentos mistos. É o caso dos casamentos entre mulher escrava e homem livre, e entre mulher livre e homem escravo. Apesar de serem quantitativamente insignificantes, a importância do ponto de vista social é bem mais profunda. Com efeito, fica a questão: o que levaria uma mulher livre a casar com um escravo? Mesmo que grande parte destas mulheres possam ser libertas, a questão permanece.

A endogamia de classe, acrescenta-se a endogamia geográfica. A análise do local de origem dos noivos é reveladora, sobre este aspecto. Dos 1.646 casamentos de livres, 51,4% deles são realizados entre pessoas nascidas em Curitiba.

As pessoas que casam em Curitiba, mas nascidas em outras localidades, são predominantemente do sexo masculino. Nesta categoria, predominam os cônjuges originários da capitania de

São Paulo, principalmente das vilas que mantêm maior contato com Curitiba, por estarem situadas na rota do gado.

As vilas próximas à Curitiba, Antonina, Paranaguá, Campo Largo, Castro, Lapa, São José dos Pinhais também contribuem com um número apreciável de noivos.

A proporção das pessoas que casam, ao menos uma vez, revela a maior ou menor universalidade do matrimônio. Em Curitiba, cerca de 15,7% dos homens permanecem solteiros, fenômeno que atinge 9,5% das mulheres.

A proporção de solteiros definitivos é elevada, mas a importância das uniões livres não pode ser minimizada. Os testemunhos sobre a certa permissividade vivente na sociedade brasileira da época são abundantes e se considerarmos que a realização da cerimônia do casamento implica em despesas que nem sempre estão ao alcance de toda a população, torna-se fácil compreender a frequência significativa do celibato definitivo. Os nascimentos ocorridos fora dos quadros da união legal confirmam a importância das uniões livres, 21% das crianças nascidas em Curitiba ou não ilegítimas, ou não crianças abandonadas ao nascer, no período 1731-1798.

Apesar da importância da reprodução extra-casamento, a instituição matrimonial permanece imbatível em sua função: praticamente 80% dos nascimentos ocorrem dentro deste quadro. A importância da maior ou menor precocidade do casamento torna-se clara, uma vez que o casamento nas idades mais jovens da mulher permitiria, teoricamente, uma maior descendência.

Neste aspecto, o fato das mulheres casarem, no período 1731-1798, à idade média de 20,8 anos é significativo. Se considerarmos a idade mediana ao casar, vemos que a metade das mulheres estão casadas antes de completar 20 anos de idade, precisamente aos 19,5 anos. Idealmente, a situação é de um longo período de vida reprodutiva, se considerarmos a idade de 45 anos como encerramento da capacidade reprodutiva feminina. Em média, estas mulheres tiveram 7 filhos, média bastante elevada, mas que reflete os "bons resultados" de uma política populacionista.

5. CONCLUSÃO

O padrão de nupcialidade característico de Curitiba reflete, necessariamente, a sociedade que o regulamenta.

Visando essencialmente a reprodução, absorve os próprios nascimentos ilegítimos. A ilegitimidade, dando realce às uniões livres, constitui uma forma de reprodução que completa aquela realizada dentro do matrimônio.

O casamento endogâmico, realizado nas idades jovens, propicia uma descendência elevada, preenchendo em parte as necessidades impostas pela agricultura rudimentar que é praticada, carente de mão-de-obra.

Em outras palavras, observa-se que o movimento da população está diretamente relacionado às exigências da vida material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BURMESTER, A. M. *La population de Curitiba au XVIII^e siècle*. Montréal, Université de Montréal, Ph.D. Dissertation, 1981. 398 p.
2. FLEURY, M. & HENRY, L. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. 2. ed. Paris, INED, 1976. 182 p.

ALGUNS ASPECTOS DAS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO EM CURITIBA, NO PERÍODO DE 1889 A 1920

ALCINA MARIA DE LARA CARDOSO

Professor Assistente do Departamento de História do
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

R E S U M O

O artigo apresenta uma breve análise do conteúdo e da significação das comemorações operárias no dia 1.º de maio, dia do trabalhador.

As comemorações são vistas no plano cronológico e quase sempre, o texto original dos periódicos (fontes básicas) exemplifica e explica o simbolismo da data.

No Congresso da Segunda Internacional realizado em 1889, o Primeiro de Maio ficou consagrado como o "dia do trabalho". Isso porque, essa data lembrava a chacina de vários operários em Chicago, que participavam de uma passeata de protesto contra a exploração do trabalhador. A idéia era transformar essa data, em um momento de solidariedade operária no processo da luta de classes.

Foi a partir do aguçamento das contradições inerentes à expansão capitalista no Brasil em fins do século passado, que se reforça a idéia de valor e do simbolismo do 1.º de maio.

O Paraná, caracterizado como centro agrícola, onde solidificara-se uma pequena burguesia agro-industrial, apresenta um operariado pequeno e disperso, mas com grande influência dos imigrantes urbanos, concentrados principalmente em Curitiba.

Dentre esses imigrantes urbanos, destacam-se no início do século, os italianos; entre eles, aqueles egressos da Colônia Cecília¹, como Giovanni Rossi, Gigi Damiani, Carlos Torti, Aldi-no Agottani e outros.

Dessa maneira, no período de 1889 a 1905, em Curitiba, to-

.....
1 Colônia anarquista estabelecida na região de Palmeira, Paraná, cujo líder era Giovanni Rossi. Ver: MIRANDA, Beatriz & PELIZZETTI, Beatriz. Os italianos na obra de Romário Martins. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História*. Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do 1 Centenário de Romário Martins. Curitiba (21):125-8, 1974. SOUZA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 193 p.

dos os jornais traziam notícias sobre as comemorações do 1.º de maio, mas sempre de uma forma amena, sem preocupação em identificar na situação do operariado, o resultado de uma luta de classes.

Havia nos jornais paranaenses, a preocupação em caracterizar o dia do trabalho como um dia de descanso das atividades profissionais, mas sem nenhum vínculo com a vida e a situação da classe operária como um todo.

Apesar disso, a transcrição de notícias e comemorações do 1.º de maio em outras partes do país, principalmente em São Paulo, evidencia o início de uma conscientização, e uma nova visão sobre o 1.º de maio.

Em 5 de maio de 1899, o Diário da Tarde reproduzia o seguinte: **"Hontem em S. Paulo, muitos anarquistas fizeram grande passeata dando vivas sedicciosos. A polícia dispersou-os."** ²

No ano de 1900 o mesmo jornal traz no editorial **"Aos operários paranaenses apresentamos no dia de hoje as expressões da nossa sympathia pelo modo pacífico e digno com que festejam e glorificam"**. ³

Permanece desse modo, a idéia do 1.º de maio, como uma manifestação de lazer desprovida principalmente de seu sentido social.

Verifica-se a constância de uma ideologia burguesa, onde o conformismo operário é enaltecido, e utilizado na manutenção do **status quo** do emergente capitalismo.

As "congratulações" com os operários nos anos que se seguem, caracterizam esse pensamento.

Em 1902, o Diário da Tarde trazia (... **conscios de que representavam uma força poderosa, procuraram os operários unir-se, congregar-se sob a égide brilhante do amor e da paz, e qual novos cruzados caminham desassombradamente à conquista da Jerusalém do futuro. Para as almas exaustas de sofrimento, a esperança é o bálsamo suavizador por excelência. Dahi esse anseio, essa alegria sã, que resenham de todos os corações no dia de hoje, florescidos como uma pro-**

2 OS TELEGRAMMAS. O anarquista. *Diário da Tarde*, Curitiba, 5 maio 1899. p. 2.

3 O 1.º de maio. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º maio 1900. p. 1.

messa de um futuro de absoluta justiça. ⁴]

No ano de 1906, as notícias alusivas à data demonstram maior grau de conscientização:

[A mais symphatica e útil das campanhas socialistas é aquella que procura elevar o nível intelectual do proletariado. A redução das horas de trabalho, tendo por objetivo arrancar o operariado das officinas para conduzi-lo as aulas, as conferências e as bibliothecas, para restitui-lo as caricias do lar instruido e moralisado, é uma medida que se impõe a todos os espiritos. ⁵]

A partir de 1907, as comemorações em Curitiba, do dia do trabalhador adquirem caráter mais político e crítico à medida que o Brasil inteiro correspondia às expectativas dadas pelo 1.º Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio, em 1906, onde uma resolução **“aconselhava os trabalhadores a comemorarem o 1.º de maio de maneira mais adequada. Em vez de participarem de danças e piqueniques, numa espécie de ‘festa do trabalho’ palhaçada consentida pelo governo, deveriam lembrar-se de que viviam uma implacável luta de classe, a eles imposta pelas autoridades.” ⁶**

Em Curitiba, nesse ano o 1.º de maio teve um significado muito especial, sendo as festividades lideradas pela “Liga dos Sapateiros”, que havia sido fundada em 1890 por Giovanni Rossi, Carlo Torti e outros anarquistas.

Várias sociedades operárias organizaram uma passeata, acompanhadas por seus respectivos estandartes e seguidas da banda musical do 14.º Regimento de Cavalaria. **“As 3 horas da tarde o préstito recolheu-se ao Theatro Guayra onde viam-se no palco os estandartes da Federação Operária Paranaense, da Liga dos Sapateiros e a bandeira anarquista com as cores vermelha e preta com os dizeres ‘liberdade e terra’.” ⁷** Vários oradores concitaram a classe operária a formar associações de resistência.

4 A FESTA do trabalho. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º de maio 1902. p. 1.

5 A FESTA do trabalho. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º de maio 1906. p. 1.

6 DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p. 28.

7 1.º de maio. *Diário da Tarde*, Curitiba, 2 maio 1907. p. 1.

Houve a distribuição de boletins anarquistas, e à noite **"efectuou-se o espetáculo de propaganda, sendo levado a scena a emocionante drama socialista de Pietro Gori '1.º de maio' e a comédia 'Inimigo das Mulheres.'**"⁸

....[Ao lado do discurso político cheio de emotividade, o comício ou a passeata tinham um forte conteúdo simbólico, com sua bandeira vermelha, a banda de música, as moças de braços dados que, nas primeiras filas cantavam hinos revolucionários. O teatro social, formado por atores operários, funcionava como uma verdadeira catarse: os trabalhadores viviam as figuras do operariado consciente, do ex-operário que ascendeu e se corrompeu pelo dinheiro, do patrão explorador do alcoolatra, etc...]⁹

Aos poucos, os operários emprestavam à data de 1.º de maio o caráter de protesto, de solidariedade na luta de classes, através da fundação de ligas e associações.

Em 1908, as festividades do dia do trabalho tiveram lugar no salão da Associação Curitibana dos empregados no comércio, presidida pelo operário Lopes Netto, onde foi fundada a Liga Operária 1.º de maio. Outros oradores discursaram sobre a "Páscoa dos Trabalhadores".

As comemorações do 1.º de maio do ano seguinte deram continuidade ao processo de conscientização operária, através de reuniões, conferências e palestras na Sociedade Protectora dos Operários, onde destacaram-se os oradores: Lopes Netto, Domingos Velloso e outros.

Lopes Netto afirmava: **"que aquella festividade tocante, representava o despertar moral de uma classe pujante e forte, que parecia dormir sobre os louros colhidos nos campos das reivindicações sociais... que as conquistas operárias conseguidas pelas greves, pelos syndicatos e pelas ligas de resistência eram sempre triumphos e victorias da evolução."**¹⁰ O orador terminou sua conferência com o hino de Pietro Gori, ao 1.º de maio, sob uma salva de palmas.

Nos anos posteriores, a festa do trabalho associou-se aos "meetings" contra a exploração do operariado e o elevado custo de vida nas cidades.

8 1.º de maio, 1907, p. 1.

9 FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro, Difel, 1977. p. 90.

10 LOPES NETTO. 1.º de maio. **Diário da Tarde**, Curitiba, 3 maio 1909. p. 1.

Em 1916, a comemoração do 1.º de maio em Curitiba, teve como ponto culminante a fundação do Centro Socialista do Paraná.

Através dessa associação, muitos socialistas, entre eles Octávio Reis, Adolpho Silveira e outros, tiveram atuação preponderante nos anos seguintes.

Na época da Primeira Guerra Mundial, Curitiba apresentava uma incipiente industrialização e era totalmente dependente dos centros maiores. A extensão da guerra e a inflação foram sentidas, mesmo em regiões cuja maior parte da população concentrava-se no meio rural.

Os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade subiam todos os dias. A população de mais baixa renda via a cada dia o seu dinheiro perder o valor aquisitivo e o seu trabalho ser cada vez mais explorado.

Como reflexo dessa crise, explodem por todo o país, comícios populares contra a carestia de vida, crescendo também as reivindicações operárias, representadas por greves parciais e greve geral.

No Paraná, a primeira greve dessa conjuntura ocorre em abril de 1917, liderada pelos ferroviários.

A comemoração do primeiro de maio, daquele ano, reflete todas as contradições latentes na sociedade curitibana. [Commemorando o dia do trabalho o operariado realizou um meeting hontenm sobre a data, na Praça Tiradentes, onde fallaram os socialistas Octavio Reis, Adolpho Silveira e outros que pregaram as suas idéias. Em seguida, precedidos da banda de música 'Lyra Cassinista', os operários percorreram diversas ruas da capital, dando vivas a 'revolução social', dirigindo-se em seguida a sede da 'Sociedade Protectora dos Bolieiros', onde fundaram a 'Federação Operária de Resistência', fazendo-se ouvir diversos oradores. A noite, no Theatro Guayra, realizou-se a conferência que sobre a data fez o Tribuno Dario Velloso e a representação do drama 'Os sem Pátria'.¹¹]

Enquanto isso, o jornal operário "A terra livre" no artigo A data do protesto, esclarece:

11) 1.º de maio. *Diário da Tarde*, Curitiba, 2 maio 1917. p. 2.

[Nós em Primeiro de Maio do corrente anno comemoraremos a data dando-lhe o verdadeiro caráter. Iremos para a praça pública desabafar os nossos corações, protestar contra a violência dos homens que não se envergonham de ser parasitas do trabalhador, e despertar a miséria para o levantamento da sociedade nova, onde em verdade haverá sociabilidade. ¹²]

As comemorações de 1918, 1919 e 1920, ocorrem dentro de um clima muito mais tenso, em virtude da repressão policial contra as manifestações operárias. Tudo isso, devido à revolução russa, e à expansão das idéias socialistas, comunistas ou "maximalistas" como os jornais as denominavam.

Caracteriza-se uma ascensão no movimento operário, onde as modificações evidenciam, não só as reivindicações econômicas e sociais, mas já apresentam um objetivo político de contestação ao Estado e às suas formas de dominação.

Sobre o 1.º de maio de 1919, o jornal "Diário da Tarde", traz uma crônica onde exalta os operários e analisa de forma crítica a influência da revolução russa.

...E nessa ansia como uma relação que explodisse veio a Rússia abalada pelo clamor da grande classe oprimida e de lá a ideia como vencedora atravessa fronteiras e invade a Hespanha e agita a Inglaterra e convulsiona a América ameaçando todo o Universo. Já não há hoje, porém, como disse há pouco um cronista, nenhum homem de inteligência mediana que não reconheça a necessidade de proteger o trabalho dos menores, de se consagrar ao descanso operário um dia na semana de estabelecer identidade de tratamento entre o trabalhador nacional e estrangeiro, de garantir o direito de associação proletária, de tratar as agremiações operárias como órgãos tutelares da colectividade, de não assimilar o trabalho humano, de facto, nem de direito, a uma mercadoria e de tantos outros princípios que representam conquista da civilização e do pensamento sobre a política reacionária de resistência as modificações da actual ordem de cousas sociaes. ¹³

12 A DATA do protesto. A Terra Livre, Curitiba, 13 fev. 1917. p. 2.

13 AMANHÃ feriado para os operários da União. Diário da Tarde, Curitiba, 30 abr. 1919. p. 2.

Pode-se dizer, que até o ano de 1918, as comemorações do 1.º de maio seguem várias tendências políticas, predominando porém as anarquistas e as de um socialismo reformista. A partir daí as manifestações adquirem carácter mais revolucionário e de **"confraternização com a primeira república proletária"**.¹⁴

A decretação de feriado nacional, pelo governo, a partir de 1919, ocasiona um arrefecimento nos ânimos, na medida em que o sistema repressivo se torna mais ostensivo, diante do amadurecimento político do operariado. As perseguições, prisões e expulsão dos líderes operários, principalmente dos estrangeiros, fragmentam as bases do movimento e as comemorações passam a ocorrer mais no plano interno das sociedades operárias.

14 FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Vozes, 1978. p. 79. E CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMANHÃ feriado para os operários da União. *Diário da Tarde*, Curitiba, 30 abr. 1919. p. 2.
2. A DATA do protesto. *A Terra Livre*, Curitiba, 13 fev. 1917. p. 2.
3. DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil; 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. 448 p.
4. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro, Difel, 1977. 283 p.
5. FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Vozes, 1978. 163 p.
6. A FESTA do trabalho. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º de maio 1902. p. 1.
7. ————. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º de maio 1906. p. 1.
8. LOPES NETTO. 1.º de maio. *Diário da Tarde*, Curitiba, 3 maio 1909. p. 1.
9. MIRANDA, Beatriz & PELIZZETTI, Beatriz. Os italianos na obra de Romário Martins. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História*. Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do 1 Centenário de Romário Martins. Curitiba (21):125-8, 1974.
10. O 1.º de maio. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º maio 1900. p. 1.
11. ————. *Diário da Tarde*, Curitiba, 2 maio 1907. p. 1.
12. ————. *Diário da Tarde*, Curitiba, 2 maio 1917. p. 2.
13. SOUZA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 193 p.
14. OS TELEGRAMAS. O anarquista. *Diário da Tarde*, Curitiba, 5 maio 1899. p. 2.

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRO-REGIÃO DE IMPERATRIZ, MA.

Notícia de Pesquisa

ANAMARIA AIMORÉ BONIN

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM (Coordenador)

MÁRCIA SCHOLZ DE A. KERSTEN

Professores do Departamento de Antropologia e Psicologia da UFPR.

SILVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO

Professora do Depart. de Comunicação e Ciências Sociais da UFPR

Introdução

Um estudo de caráter sócio-econômico sobre a Micro-Região de Imperatriz, MA. será realizado por uma equipe de pesquisadores da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ e contará com a participação de três técnicos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários — PRAC — e a Coordenação do Grupo Tarefa Universitária — GTU — solicitaram, no 1.º semestre deste ano, a pesquisadores da UFPR e a técnicos do IPARDES a elaboração de um Termo de Referência: Estudo Sócio-Econômico da Micro-Região de Imperatriz, MA., na qual está localizado o Campus Avançado da UFPR. O Projeto está financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.

Além do interesse da Universidade Federal do Paraná na formulação do Projeto, também os pesquisadores convidados consideram altamente estimulante e oportuno trabalhar em uma equipe interdisciplinar.¹ Um Projeto do qual participam vários

¹ São os seguintes os pesquisadores que fazem parte da equipe do projeto, suas qualificações e respectivas instituições a que pertencem:

Alfredo Wagner Berno de Almeida — Antropólogo — UFRJ

Anamaria Aimoré Bonin — Antropóloga — UFPR.

Antônio Ramaiana de B. Ribeiro — Eng.º Agrônomo — IPARDES

Cecília Maria Vieira Helm — Antropóloga — UFPR.

Maria de Lourdes Kleinke — Socióloga — IPARDES

Márcia Scholz de A. Kersten — Antropóloga — UFPR.

Mary H. Allegretti Zanoní — Antropóloga — UFPR.

Nádia Zaiczuk Raggio — Socióloga — IPARDES

Silvia Maria Pereira de Araújo — Socióloga — UFPR.

especialistas certamente terá uma análise mais rica e os resultados finais ganharão em profundidade. Do Projeto também fazem parte alunos da UFPR., que terão a oportunidade de receber um treinamento em pesquisa de campo.

A cada pesquisador caberá um tema para desenvolver e auxiliar no treinamento dos alunos. A divisão de trabalho não irá prejudicar a pesquisa, que será feita de acordo com a metodologia proposta no Projeto, sob a coordenação da Prof.^a Cecília Maria Vieira Helm. A pesquisa será realizada em várias etapas, acompanhadas de Relatórios Parciais. Os Resultados Finais serão elaborados conjuntamente por toda a equipe.²

O presente Projeto de Pesquisa constitui a primeira etapa de um Projeto mais amplo que pretende dar conta de estudar os movimentos sociais espontâneos ou não, que estão ocorrendo na micro-região de Imperatriz, MA.

2. Justificativa

Imperatriz está situada numa área de passagem obrigatória para as levas de migrantes nordestinos desde a década de 1920. Atualmente, também sulistas dirigem-se para o norte do País. Ela é considerada a porta de entrada para a Amazônia.

Fundada em 1852, no limite de zonas de pasto natural com pecuária extensiva, tendo como fronteira, ao norte, a floresta amazônica apresenta como característica importante atrair considerável número de migrantes que se dedicam ao extrativismo da castanha, corte de madeira e, mais recentemente, a pequena exploração agrícola, cujo produto destinado à comercialização é o arroz.

A história da ocupação tem como peculiaridade a mobilidade espacial combinada com a abundância de terra e um tipo específico de organização social (parentesco, compadrio, vizinhança) com base na apropriação do solo.

A ocupação espontânea sofre interferência pela ação direta

2. Etapas da Pesquisa: As atividades da pesquisa serão desenvolvidas trimestralmente entre 1.º de abril de 1982 a 1.º de abril de 1984, compreendendo:

- Levantamento exaustivo da bibliografia existente sobre a região (catalogação e fichamento);
- Treinamento de alunos;
- Trabalho de campo;
- Avaliação dos dados coletados;
- Sistematização do material;
- Análise dos dados;
- Relatório conclusivo dos resultados da equipe.

do Estado, quando da construção da rodovia Belém — Brasília e, ainda com a implantação de projetos agropecuários com base na política de incentivos fiscais. Os projetos ditados pelo governo não levaram em conta a ocupação espontânea. O Governo desconsiderou a possibilidade de existência de posseiros e a terra foi compreendida como desabitada. A partir daí são registradas tensões entre lavradores e pecuaristas — os grandes beneficiados pela política de incentivos fiscais. Com isso, os lavradores, principalmente os posseiros, são expulsos da terra e a Cidade de Imperatriz sofre um incremento populacional desordenado.

Na atualidade projetos desenvolvimentistas tais como: a construção da hidroelétrica de Tucuruí, a exploração de minérios em Carajás e a extração do ouro na Serra Pelada também atraem os lavradores expropriados da terra.

No fulcro das profundas transformações que se processam, a região tem sido foco de atenção de diversos e contraditórios interesses, desembocando em movimentos separatistas, como o da proposta de criação do Estado do Tocantins (1980-81) e o plano do Governo Federal de criar um Território Federal de Carajás (Território Castello Branco), que viria abarcar as riquezas de Serra Pelada e, certamente, aplacar os problemas que afligem a região.

Assim, o conhecimento de toda a problemática da micro-região de Imperatriz se torna imperativo, uma vez que não há estudos que tenham dado conta de desvendar crítica e cientificamente as diferentes forças que agem simultaneamente na região.

3. Metodologia

Diante dessa realidade sumariamente apresentada, um estudo sócio-econômico não pode desconsiderar a heterogeneidade de relações sociais que ocorrem naquela área, que passa por um processo de transformação acelerado com intervenção direta do Estado, através de órgãos fiscalizadores e executores de incentivos fiscais, tais como SUDAM, SUDENE, MINTER e GETAT,³ para citar apenas alguns.

3 GETAT: Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

MINTER: Ministério do Interior.

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A cidade de Imperatriz torna-se um “**locus**” importante na medida em que reflete o resultado da expansão do modo capitalista de produção, constituindo-se num centro para onde convergem processos e interesses de diversas ordens.

Não se pode procurar no contexto urbano de Imperatriz, explicações que dêem conta de toda sua complexidade na medida em que, a cidade faz parte de uma totalidade e, portanto, não se auto-explica.

Tanto os fenômenos rurais quanto os urbanos devem ser referidos e especificados a níveis das forças históricas que os tornaram possíveis. Dessa forma se depreende que a problemática urbana de Imperatriz só poderá ser compreendida se a análise privilegiar também o rural. Os graves e complexos problemas que afetam a sua estrutura fundiária nas mais diversas formas de luta e forças em disputa, caracterizados por mobilização de lavradores nas últimas décadas, vêm alterando significativamente as relações de trabalho e a produção agrícola da região. Tais movimentos não são só específicos do Maranhão agrário, mas estão vinculados à problemática nacional.

A importância fundamental desse projeto está em se compreender as formas e dinamicidade das transformações dessa região. Considerando-se que o conhecimento produzido no sul do País nem sempre dá conta das especificidades locais, as ações levadas a cabo pelas instituições acabam tornando-se mais um fator externo, somado a tantos outros, que interferem nos problemas regionais de uma forma dissociada e até certo ponto alienada. Assim, o que se propõe é tentar conhecer as reais necessidades dessa população levando-se em consideração suas aspirações e formas de representação daquela realidade.

A metodologia dessa pesquisa implica a utilização de abordagens teóricas que dêem conta da questão agrária no Brasil, capazes de auxiliar efetivamente na interpretação das particularidades que apresenta a região da Pré-Amazônia Maranhense. Deverão ser privilegiados, temas como a forma de ocupação e apropriação do solo, as mobilizações e organizações sociais, a ação do Estado e de outras instituições (Igreja, por exemplo). As formas de configuração política, econômica e social que ocorrem na região de Imperatriz deverão ser desvendadas com o auxílio de uma abordagem mais ampla, ou seja, dos movimentos sociais que se processam no rural e no urbano.

4. Objetivos

Objetivo geral: Proceder a uma análise em profundidade da situação sócio-econômica da região de Imperatriz, MA. a partir do dinamismo do rural, para compreender a complexidade das transformações que se processam no urbano.

Objetivos específicos:

— Desmistificar propostas explicativas da problemática urbana de Imperatriz, cuja premissa assenta-se no fato do urbano explicar-se por si mesmo.

— Desvendar, outrossim, as reais especificidades da situação, através de um procedimento de contextualização, que leve em conta a inserção do urbano no rural e vice-versa.

— Apreender as categorias sociais e respectivos tipos de relações sociais que se configuram na região.

— Subsidiar com este estudo, futuros projetos a serem viabilizados pelo GTU e Campus Avançado de Imperatriz, da Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Maranhão em seu programas de extensão universitária.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO EM PESQUISA DE HISTÓRIA SOCIAL

ODAH REGINA GUIMARÃES COSTA

Professora Titular do Departamento de História do SCHLA
da UFPR.

R E S U M O

Em História Social, os objetivos a serem alcançados e as fontes a utilizar estão numa relação direta e permanente, podendo uns definirem-se ou reformularem-se em função dos outros. Seu objetivo geral é a análise dos grupos sociais e sua atuação na vida local ou nacional.

Nessa linha, a estratégia consiste em localizar os documentos e associar as fontes a uma problemática.

Na fase da heurística, devem ser objeto de atenção os acervos dos arquivos eclesiásticos das Igrejas Matriz, de Cúrias Metropolitanas e Diocesanas, arquivos eclesiásticos de outras confissões religiosas, arquivos de Câmaras e Prefeituras Municipais, arquivos cartorários, quanto a arquivos públicos.

Quando se trata de monografias relativas a bens, nos arquivos notariais há que se destacar os registros de vendas ou de doações de terras, animais, casas, bem como contratos de aluguel, hipotecas. Além deles o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (Arquivo Público) possui documentação relativa ao registro de terras possuídas e outros processos de compra, medição, etc..

Adota-se, por princípio, a conceituação de fontes no sentido amplo da palavra. Segundo Lucien Febvre e Marc Bloch, tudo é fonte histórica, ou fonte é todo o material que dá elementos para a reconstrução histórica. Nesse sentido genérico, tudo constitui fonte para a história social.

Dois aspectos devem ser levados em consideração: a definição do conteúdo de história social e a especificação da natureza das fontes utilizáveis. São problemas que se interligam. A história social apresenta uma dinâmica própria, uma renovação constante: os pesquisadores, de um modo geral, selecionam as fontes em relação aos objetivos a serem atingidos e, em contrapartida, ao encontrar novos tipos, ou novas séries de documentos, ou uma nova sistemática na exploração da documentação, os objetivos se reformulam e adquirem outra dimensão.¹

J. Dupâquier faz uma outra colocação, considerando que, atualmente, a dinamização da história social depende basicamente de:

¹ DAUMARD, Adeline. Cinco aulas de história social. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978. p. 9.

— utilização de documentos que fornecem elementos para o conhecimento global da sociedade em estudo;

— aplicação de um sistema de medida acompanhado de representação gráfica.²

Se a primeira etapa não for concluída, o balanço geral será expresso por elementos de ordem qualitativa, que não darão uma visão global e completa da realidade.

No caso de não existir previsão do segundo dispositivo, vo, serão deixados de lado os recursos da mecanografia e um elemento fundamental, ou seja, a análise estatística³.

Atualmente, as ciências renovam-se metodologicamente e os seus instrumentos operacionais levam à quantificação e representação gráfica. A história social, que se coloca numa posição de vanguarda, junto com as outras ciências que compõem o quadro das ciências do homem, atendendo o seu objetivo geral, que é captar o global de um modo integrado, volta-se para a análise dos grupos sociais, a sua atuação na vida local ou nacional, face à documentação disponível. As diretrizes gerais da pesquisa devem estar voltadas para a escolha e a delimitação dos grupos a serem pesquisados, a determinação dos temas da pesquisa e o estudo quantitativo dos fenômenos estudados. Em síntese, a estratégia consiste em localizar os documentos e associar as fontes a uma problemática⁴.

Estabelecida essa sistemática, parte-se para a aplicação dos procedimentos da heurística, incluindo a busca e a ordenação das fontes que poderão ser facilitadas, pela publicação, centralização e existência de catálogos.

Uma classificação bastante simples e abrangente das fontes para a história social liga-se à natureza dos dados e à possibilidade de sua utilização: 1. as estatísticas que passaram por um tratamento prévio; 2. os arrolamentos, que podem ser transformados facilmente em séries estatísticas; 3. monografias em número expressivo, que podem ser reagrupadas em séries

2 DUPAQUIER, Jacques. Problèmes de mesure et de représentation graphique en matière d'histoire sociale. In: CONGRÈS NATIONAL DES SOCIÉTÉS SAVANTES, 89, Lyon, 1964. Actes. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1965. t. 2, v. 1, p. 79-86.

3 DUPAQUIER, p. 79-86.

4 DAUMARD, p. 10.

estatísticas; 4. monografias que não constituem uma série; 5. testemunhos contemporâneos⁵.

O problema que se coloca é o seguinte: em que medida podem ser localizados e utilizados esses tipos de fontes para a reconstituição da história social do Paraná?

As fontes para a história social do Brasil são conservadas em arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições culturais, de caráter público, ou privado, nacionais, ou estrangeiros, principalmente de Portugal. Numa abordagem bastante ampla, foi se registrando, com raras exceções, um descaso constante pelo material histórico e pelos instrumentos de trabalho locais, o que traz graves problemas para reconstituição da história social. A falta de recursos financeiros e de amadurecimento da consciência histórica, o desinteresse dos órgãos competentes, a desorganização dos arquivos, bibliotecas e outras entidades, a inexistência de levantamento e catalogação das fontes, a falta de pesquisas nos arquivos estrangeiros e de maior intercâmbio cultural não permitem uma localização completa e um enunciado geral de todas as fontes para a história social do Paraná. Os problemas se avolumam quando se têm presentes a renovação metodológica da história e o sentido do quantitativismo, objetivando um levantamento sistemático da realidade, tanto quanto possível objetivo, documentado e, sobretudo, quantificado, com a utilização dos modernos métodos e técnicas operacionais e com a utilização de todo o instrumental moderno.

Mais recentemente, vem sendo desenvolvida uma política de defesa e preservação da documentação histórica, destacando-se a lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968, que proibiu a exportação de bibliotecas e acervos documentais, de obras brasileiras ou referentes ao Brasil, editadas do século XVI ao XIX, obras e documentos pertencentes a conjuntos bibliográficos e coleções de periódicos, publicados há mais de dez anos, bem como originais e cópias de partituras musicais. Atualmente, há um empenho do Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, em conjugação com os governos estaduais, municipais e instituições culturais, como as organizações Globo, da Fundação Roberto Marinho, no sentido de desenvolver uma consciência nacional voltada para a preservação da memória histórica, ativamente, entre outros setores, o serviço de micro-filmagem de documentos históricos.

5 DAUMARD, p. 11-5.

Outro aspecto a destacar é o acesso aos documentos históricos. A política de sigilo é velha herança portuguesa. Sob o influxo das idéias do Iluminismo e outros elementos culturais, ela cedeu lugar a uma política arquivística mais liberal, *facilitando-se o acesso aos mais diversos documentos*. Há, entretanto, exceções no que se refere a arquivos, como os Arquivos militares e o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, e determinados tipos de documentos, incluindo, nesta categoria, os ultra-secretos, os secretos, os confidenciais e os reservados. A revolução de 1964 criou alguns obstáculos ao acesso às fontes de história contemporânea, através do decreto n.º 60.417, de 11 de março de 1967. Não existe também uma política geral e nacional de consulta, cada arquivo obedecendo a determinações da própria direção, variando de arquivo para arquivo.

Outras dificuldades dizem respeito à inexistência de índices, catálogos, fichários, inventários, repertórios, listas e ementários de leis. Nesse caso, cabe ao pesquisador efetuar o levantamento e dominar as técnicas de manuseio e de consulta, inclusive do material microfilmado, através de aparelhos para a leitura, e de cópias xerografadas. Mesmo havendo problemas, conscientizam-se as autoridades, os profissionais e camadas da população no sentido de melhorar as condições de consulta à documentação e da pesquisa em geral.

É dentro dessa política de organização e de renovação que se situam alguns dos arquivos e bibliotecas do Paraná.

Em consonância com a Associação dos Professores Universitários de História, que, desde o I Simpósio de Marília em 1961, vem insistindo para a necessidade do levantamento das fontes históricas, o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná desenvolve, desde 1968, o Projeto "Levantamento e Arrolamento de Arquivos", sob a direção geral das professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, articulando os trabalhos em outras Faculdades de Filosofia Estaduais através dos seus Departamentos de História, procurando salvar ainda o que existe nos arquivos locais e divulgando as fontes, de modo a atender aos interesses e necessidades dos pesquisadores. A ação conjunta visa, inclusive, evitar que arquivos, como os de prefeituras, câmaras e cartórios, *desapareçam parcial ou totalmente*.

Exceto alguns arquivos paroquiais, como da Catedral Metropolitana de Curitiba, praticamente nada existe em termos de

século XVII. A documentação do século XVIII é bastante reduzida e, mesmo a do século XIX, é, em certos casos, fragmentária, sendo difícil localizar documentação que possa fornecer séries contínuas e homogêneas mesmo no que se refere ao século atual, o que vem dificultar os estudos quantitativos de história social.

A experiência piloto foi realizada em Curitiba, sendo efetuado o levantamento dos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba e da Sé Metropolitana e paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba,⁶ com teste das fichas utilizadas para o levantamento e definição da metodologia que seria empregada nos levantamentos posteriores.

O Projeto estendeu-se ao levantamento dos arquivos das Câmaras Municipais, Igrejas Matriz, Prefeituras, Cartórios e outros, incluindo, na primeira etapa, as cidades de Curitiba, Lapa, São José dos Pinhais, sob a direção e execução por Professores e alunos do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, e a Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Maringá e União da Vitória, sob o encargo de Professores e alunos das Faculdades Estaduais de Filosofia daquelas cidades. O levantamento de arquivos ligados a grupos de imigrantes, como da colônia de Santa Felicidade (italianos), Abranches (poloneses), Comunidade Evangélica (alemães) e da Igreja Ucraniana (ucranianos), em Curitiba, além do Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba, e a outras cidades, como Castro, São José dos Pinhais, Campo Largo, Palmeira, Imbituva, Guarapuava e outras veio demonstrar quão importantes são esses arquivos para a reconstituição da vida daquelas comunidades.

O intuito geral foi despertar, através desses levantamentos nas diversas regiões do Paraná, o sentido da preservação e a divulgação das fontes históricas. Um dos outros objetivos foi também despertar nas comunidades e, principalmente, nas autoridades administrativas, nos responsáveis por cartórios e acervos documentais, a consciência do valor e da necessidade da preservação da documentação, evitando a queima e a perda sistemática de documentos, que jamais poderão ser reconstituídos.

6 CARDOSO, Jayme Antonio. Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (6):7-47, 1968. COSTA, Odah Regina Guimarães. As fontes primárias existentes no Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (6):49-99, 1968.

Por outro lado houve a intenção daquelas cidades se tornarem pólos dinamizadores, como Curitiba, visando que os professores e alunos das Faculdades Estaduais, através dos seus Departamentos de História, continuassem os trabalhos de levantamento das cidades e localidades próximas, de modo a formar uma rede de âmbito estadual. Ponta Grossa conseguiu realizar, em parte, o levantamento de outras comunidades, como Palmeira, Imbituva, mas em termos de Paraná muitos outros arquivos deverão ser ainda levantados. Os resultados desses trabalhos foram publicados em Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, distribuídos, com interrupções, entre os números 6 e 24, contando, na fase inicial, com o auxílio financeiro da Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, restando ainda alguns trabalhos para ser publicados.

Os Arquivos das Igrejas Matriz, dos antigos núcleos de imigrantes, de Cúrias Metropolitana e Diocesana, de Comuna Evangélica, de Câmaras Municipais, Cartórios e outros, alguns com documentos dos séculos XVII e XVIII, mas a maior parte com documentos dos séculos XIX, e XX, apresentam fontes valiosas para a história social, demográfica, política, administrativa, econômica, cultural e eclesiástica do Paraná.

Os Arquivos das Igrejas Matriz, de Cúrias Metropolitanas e Diocesana e Comuna Evangélica, incluem entre outros Livros do Tombo, capítulos de visita pastoral, coleções de livros de batizados, crismas, ou confirmações, casamentos e óbitos, além de coleções de livros de contabilidade, livros índices, registros de missas e associações religiosas, livros diversos, pastas, maços, pacotes, rolos e documentos soltos.

Os Arquivos das Câmaras Municipais apresentam, entre outras, coleções de livros de atas da Câmara, eleições municipais, audiências de Almotacéis, Juiz de Órfãos e Juiz Ordinário, receita e despesa, termos de finança, leis, decretos e outras regulamentações legais, termos de posse, livros índices, correspondência recebida e expedida, comparecimento, além de pastas, em geral com ordens do dia e convocação, requerimentos, pacotes com documentos de contabilidade, balancetes e documentos diversos.

Os Arquivos das Prefeituras Municipais incluem, entre outras, coleções de livros de atas, portarias, leis e decretos, alvarás, contratos, transferências, lançamento de impostos, juramentos, eleições, requerimentos, protocolo, correspondência, esco-

las municipais, contabilidade, corporações militares, setor rodoviário, funcionalismo municipal, imóveis, assuntos diversos, além de pastas e maços de documentos diversos.

Os Arquivos cartorários, incluindo Arquivo do Cartório do Escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais, de Registro Civil, de Cartório do Cível Comércio e Anexos, Tabeliões de Notas e outros, incluem, entre outras, coleções de livros de protocolo de audiências, escravos, juramento e promessa, registro de listamentos, tutelas, inventários, carga e descarga de autos, eleições, sentenças, rol dos culpados, assentados de órfãos e tutelados, registros de autos e papéis, índices, registros de nascimentos, óbitos, emancipações, interdições e ausências, livros de notas, escrituras, procurações, registro de documentos, sub-tabelecimento de procurações, além de maços de autos, de inventários findos, de ações findas e outros.

Monografias relativas aos bens:

1. Nos arquivos notariais:

- Registros de vendas ou de doações de terras, animais, de casas;
- contratos de aluguel, hipotecas.

Os arquivos notariais ou cartorários são órgãos pertencentes ao poder judiciário, mas mantidos por particular através de custas processuais. O responsável pelo arquivo é nomeado por concurso. A consulta nesses arquivos é livre e gratuita e, em geral, não contam com pessoal especializado encarregado da documentação. São ativos, servindo à consulta periódica, e obedecem, de um modo geral, alguns princípios de arquivística, ou seja, organização dos "fundos" e ordenação cronológica. A legibilidade dos documentos varia de regular a boa, inclusive porque há no Paraná arquivos notariais com documentação do século XVIII. Alguns dispõem de livros índices que facilitam, de certa forma, a pesquisa. Incluem Cartórios e Tabelionatos, distribuídos entre Cartórios do Registro de Imóveis, do Registro Civil, Títulos e Documentos, do Crime e Eleitoral, de Protestos de Títulos, Tabeliões de Notas, distribuídos em 1.º, 2.º ou mais circunscrições, conforme o tamanho da cidade, e outros.

Tomando-se por base os livros de "Notas" e orientando-se a pesquisa para os registros de vendas ou doações de terras, de contratos de aluguel e hipotecas, o pesquisador vai encontrar algumas dificuldades porque os registros não obedecem uma

ordenação por assuntos, encontrando-se registros de todo o tipo, como escrituras diversas, procurações, testamentos, inventários e outros documentos, incluindo, nos livros mais antigos, problemas com a legibilidade, a própria terminologia da época, e outros. Se o objetivo for detectar um determinado indivíduo ou uma mesma família, eles poderão estar envolvidos, de um modo geral, em várias monografias, registros de estado civil, registros relacionados com vendas ou doações de terras, aluguel e hipotecas, o que vai exigir uma organização no sentido de reaproximar esses aspectos.

Mesmo se, em uma primeira etapa, vamos limitar-nos à exploração de uma série, o trabalho é longo e difícil: para que os resultados sejam significativos, será necessária a utilização de muitos documentos ⁷.

As variáveis são complexas e diversas, devendo ser muito bem selecionadas e relacionadas com o tipo de documentação disponível.

Há de se convir também que os registros não obedecem à mesma forma e que os mais antigos seguiram muito mais a tradição do que as exigências legais. Por isso, os registros de vendas ou doações de terras, contratos de aluguel e hipotecas poderão não apresentar homogeneidade, dependendo da época e do escrivão. Alguns livros incluem "Visto em Correição", onde são feitas observações ao escrivão sobre o cuidado em evitar borrões, emendas, vícios e rasuras, para não lançar papel algum sem que estivesse selado, corrigindo o que fosse possível na redação da escritura, devendo seguir as normas apresentadas no Manual do Tabelião, com indicação de local, data e assinatura ⁸. Mas, mesmo assim, aqueles registros são bastante ricos, podendo fornecer elementos válidos para o conhecimento de aspectos institucionais da vida da comunidade, principalmente aqueles ligados às estruturas agrárias, aos institutos jurídicos da compra e venda, da doação, da locação, da hipoteca e outros, além de condições de fortuna, principalmente numa sociedade agrária, como foi a do Paraná tradicional, na qual a terra e as atividades econômicas a ela ligadas, como a criação e o comércio de tropas, constituíam o principal fator de riqueza, a origem e a formação dos patrimônios das famílias senhoriais,

7 DAUMARD, p. 13.

8 Atualmente os registros públicos são regulados pela Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973.

que detinham o poder econômico, influenciando também na política e na sociedade; nestes aspectos, os registros cartorários, ao apresentarem a natureza das vendas, doações e contratos de aluguel e hipoteca, são bastante reveladores da vida comunitária.

Os registros incluem, de um modo geral, um cabeçalho, ou ementa, especificando o tipo de documento (escritura, procuração, testamento e outros) e os nomes das pessoas relacionadas com o termo do registro. A seguir, de forma corrida, constam indicações sobre o instrumento público, data, local, nome das pessoas presentes, referência às testemunhas, residência, descrição da transação, tabelião e assinaturas.

Nas escrituras de venda, de doação, de locação e de hipoteca, nas quais as indicações apresentam uma certa homogeneidade, as variáveis poderão ser as seguintes:

data; local; vendedor(a) (es) e comprador(a) (es), doador(a) (es) e beneficiado(a) (s), locador(a) (es) e arrendatário(a) (s), ou devedor(a) (es) hipotecante(s) e credor(a) (es) hipotecário(a)(s); residência; testemunhas abaixo nomeadas e assinadas; senhor(a) (es) e legítimo(a) (s) possuidor(a) (es); imóvel à venda, doado, alugado ou hipotecado; localização; limites; origens da propriedade (herança, compra); preço ou valor do imóvel; comprovante de pagamento de imposto predial, ou sem indicação; tabelião, assinaturas, inclusive das testemunhas.

Além dos arquivos notariais, o Departamento Estadual do Arquivo e Microfilmagem possui documentação relativa ao registro das terras possuídas. A Lei de Terras de 1850, que proibiu a aquisição das terras devolutas por outro título a não ser pela compra, e o seu Regulamento de 1854, objetivaram promover o registro daquelas terras possuídas. O art. 97, do Regulamento estabeleceu que cabia ao vigário de cada freguesia do Império receber as declarações e efetuar o registro das terras em suas freguesias. Conforme o art. 100, as declarações deviam conter: o nome do possuidor, a freguesia, o nome particular da situação, a extensão, no caso de ser conhecida, e os limites. No Paraná, os registros começaram a ser efetuados a partir de 1854. Pretendia-se efetuar o registro geral das terras possuídas na Província do Paraná.

Esse primeiro registro de terras possuídas no Paraná inclui 35 livros, com registros de 1854, mas concentrando-se no período de 1855-1956, com prolongamentos até 1860, 1862 e 1892,

incluindo aproximadamente 13.166 registros.

O Império transferiu o problema de terras à República, que concedeu autonomia no setor da legislação de terras. Constituem um marco na legislação do Paraná a Lei n.º 68, de 20 de dezembro de 1892, e o Regulamento que o Decreto n.º 1 de 8 de abril de 1893 baixou para a sua execução.

O Departamento Estadual do Arquivo Público e Microfilmagem possui uma segunda coleção das terras possuídas a título legítimo de compra, sujeitas a legitimação ou revalidação, ou concessão, em atendimento ao art. 107 do Regulamento de 1893. Inclui os livros 36 a 162, inclusive o 96A, num total de 129 livros e aproximadamente 38.395 registros. As duas coleções juntas perfazem o total aproximado de 51.561 registros.

Os registros da primeira coleção são mais sucintos que os da segunda. Apresentam n.º de ordem, ou um cabeçalho simples com indicação do imóvel, nome do possuidor, ou, ainda, súmula, especificando o tipo de documento (Registro que faz), o nome da pessoa relacionada com o ato, o tipo de imóvel, localização, de acordo com o Art. 107 do Regulamento de 8 de abril de 1893. A seguir, de forma corrida, o declarante, imóvel, localização, confrontações, local, data e nome, podendo ainda incluir, na segunda coleção, nome e origem da propriedade, característica, área cultivada ou inculta, espécie de indústria ou cultura, benfeitorias, rios e mananciais existentes, estradas e caminhos, centro de consumo, ônus, local, data, nome, indicação da Secretaria das Obras Públicas e Colonização, local, data e assinatura.

Além desses documentos, o Departamento Estadual do Arquivo e Microfilmagem tem sob sua guarda e conservação diversos processos de compra, medição de terras e outros. Além das variáveis acima apontadas, é possível constatar mais algumas, relativas ao seguinte: tipo do processo, posse mansa e pacífica, cultura efetiva, morada habitual, preço unitário e total, medição e demarcação, sentença, título definitivo e outras.

Da mesma forma que os registros cartorais, esses documentos permitem a reconstituição de certos aspectos relativos à origem e formação do patrimônio agrário, as relações institucionais da compra e venda, locação e hipoteca de imóveis, reconstituição de certos elementos de ordem econômica. Nesse sentido, os registros de terras possuídas e sujeitas à medição ou revalidação são bastante significativos.

Resta fazer referência a outros órgãos governamentais, como o Instituto de Terras e Cartografia, antigo Departamento de Terras e Colonização, depois Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que possui arquivos, fichários, mapoteca, além de biblioteca especializada.

2. Avaliação das terras

Não se pode falar em avaliação das terras sem colocar num contexto histórico e numa determinada época histórica. É possível captar, pela análise sistemática de determinados documentos, como os registros cartorários, o valor da terra, mas, em última análise, ele é determinado pela lei.

O Direito Brasileiro tem suas origens no Direito Português. Este Direito regeu-se inicialmente pelo regime de forais, pelo direito romano e germânico e pelos usos e costumes. Passou para a fase das gerais, que deu origem às Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Assim, o Brasil foi regulado, por muito tempo pelas leis portuguesas, sendo marcante a influência das Ordenações Filipinas. Proclamada a Independência, em 1822, começaram a surgir os Códigos Brasileiros, publicando-se primeiramente o Código Criminal, em 16 de dezembro de 1830, seguindo o Código do Processo Criminal, a 29 de novembro de 1832, e o Código Comercial, a 25 de junho de 1850. O Código Civil é de 1.º de janeiro de 1916. Assim, a vida da comunidade brasileira passou a ser regida por Códigos e por leis específicas.

Criou-se também uma legislação relativa a terras que legisla, inclusive sobre o preço e a avaliação das terras. Essa documentação se encontra em arquivos e bibliotecas nacionais, estaduais e locais. O sistema de sesmarias foi anulado pela Portaria de 17 de julho de 1822. Com a extinção desse sistema e a posse se tornando, através dos tempos, um estado de fato, não de direito, tudo praticamente teria de ser regulamentado. O período de 1822 a 1850 é de tentativa de estruturação jurídica para o estabelecimento de um novo sistema de aquisição de terra no Brasil. A transformação vai estar consubstanciada na Lei n.º 601, de 1850, e no seu Regulamento, de 1854. A Lei de Terras estabeleceu o sistema de aquisição pela compra, reconheceu a aquisição da propriedade pela "posse com cultura efetiva" e tratou de corrigir os defeitos havidos nesse costume, evitando decretar uma expropriação geral, com graves repercussões nas áreas econômica e social. A Lei de Terras criou condições para a le-

gitimação da posse, mediante solicitação pelos posseiros, sob pena de comisso. Mas, na realidade, ela estabelecendo o sistema de compra, veio impor o término do regime jurídico da posse.

A Lei de Terras regulamenta, nos arts. 14 ao 17, a venda de terras devolutas pelo governo, fazendo considerações, no art. 4.º § 2, sobre o preço mínimo, estabelecido previamente e com pagamento à vista, de meio real, um real, real e meio e dois réis, por braça quadrada, conforme a qualidade e a localização dos lotes e sobras. O Regulamento de 1854 também regulamentou a venda das terras públicas, dos arts. 64.º ao 71.º, prescrevendo, no art. 69.º, a venda, pelo Diretor Geral das Terras Públicas, pelo preço que se ajustar, não podendo ser menor que o mínimo estabelecido para cada braça quadrada, conforme a qualidade e a localização. A legislação estadual, após a Proclamação da República, também continuou a levar em consideração os dois elementos, qualidade e a situação, para a avaliação das terras. A Lei n.º 68, de 20 de dezembro de 1892, confirmou esse aspecto, regulamentando a venda das terras devolutas nos arts. 11 a 14 e estabelecendo, no art. 11, que o preço seria fixado de conformidade com a qualidade e situação dos lotes e com a finalidade a que se destinassem, não podendo ser de menos de dois mil réis (2\$000) por hectare. A estes, juntaram-se outros elementos que contribuem para a valorização das terras, como a localização geográfica, a proximidade aos centros urbanos, o tipo de solo, a exploração de determinados produtos, como o café no Norte do Paraná. Há toda uma legislação federal e estadual que regulamenta a colonização e estabelece, entre outras medidas, o preço das terras, podendo ser classificadas como terras de primeira, segunda e terceira ordem e terras para empresas industriais, variando o preço, em ordem decrescente.

No Paraná a avaliação do preço e de outros elementos ligados à propriedade, principalmente a área e a localização, pode ser efetuada igualmente através dos registros dos arquivos notariais, incluindo escrituras públicas de compra e venda, e da documentação existente no Departamento Estadual do Arquivo Público e Microfilmagem, representando por processos de venda, medição de terras e outros.

Há também órgãos governamentais, como o antigo Departamento de Terras e Colonização, depois Departamento de Geografia, Terras e Colonização, atual Instituto de Terras e Cartografia, que executam planos de colonização, com aplicação das determinações legais inclusive no que se refere a preços, haven-

do uma distinção entre os lotes urbanos, ou datas, vendidos por metro quadrado, e os lotes rurais, com a superfície em hectare.

Em conclusão, não se pode falar em termos de avaliação das terras como um elemento isolado, mas integrado a um conjunto de fatores, ligados a uma área histórica e a um determinado tempo histórico e que fornecem subsídios para o conhecimento e a interpretação de uma realidade histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARDOSO, Jayme Antonio. Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (6):7-47, 1968.
2. COSTA, Odah Regina Guimarães. As fontes primárias existentes no Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (6):49-99, 1968.
3. DAUMARD, Adeline. *Cinco aulas de história social*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, 1978. 125 p.
4. DUPÂQUIER, Jacques. Problèmes de mesure et de représentation graphique en matière d'histoire sociale. In: CONGRÈS NATIONAL DES SOCIÉTÉS SAVANTES, 89., Lyon, 1964. *Actes*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1965. t. 2, v. 1, p. 79-86.

PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALTIVA PILATTI BALHANA

Professora-Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História.

A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, anuncia a implantação de Curso de Doutorado aprovado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação em fevereiro de 1981.

O curso em nível de Doutorado vem dar continuidade ao programa de pós-graduação em História já em funcionamento contínuo desde 1972, quando foi iniciado o Curso de Mestrado.

O Mestrado em História oferece áreas de concentração em História Demográfica, História Econômica e História Social, o Doutorado terá inicialmente a História Demográfica como área de concentração.

O quadro atual do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação em História é constituído primordialmente por professores da Universidade Federal do Paraná, sendo onze doutores, quatro doutorandos aos quais falta apenas a defesa de tese, e oito mestres, seis dos quais cursando créditos de doutoramento. Assim, o programa funciona com base na massa crítica estável do próprio Departamento de História, bem como no intercâmbio didático e científico regular que mantém com outros centros de ensino e pesquisa, no País e no Exterior, recebendo sistematicamente dois ou três professores visitantes por semestre, brasileiros e estrangeiros.

O Mestrado tem mantido bom nível de produtividade, havendo já formado e diplomado 45 (quarenta e cinco) Mestres, sendo 23 (vinte e três) na opção História Demográfica; 19 (dezenove) na opção História Econômica e 3 (três) na opção História Social, procurando cumprir os objetivos de qualificação de professores para o magistério superior e também a formação de pesquisadores para o trabalho científico na área de História.

Estrutura do Curso

Os Cursos de Pós-Graduação em História têm como finalidade desenvolver a capacidade individual em pesquisas na área de História e colaborar para a formação de pessoal que se destina ao magistério superior e à pesquisa. A institucionalização do programa em dois níveis, Mestrado e Doutorado, deverá intensificar a integração das atividades de ensino e pesquisa.

O Mestrado em História estrutura-se em torno de cursos de domínio conexo e de domínio específico, sendo que em ambos há disciplinas comuns a todas as opções (Modelos de Explicação Histórica e Historiografia Brasileira, Arquivos e Fontes para a História do Brasil, Estatística e Processamento de Dados) e disciplinas específicas de cada área de concentração, (História Econômica Brasileira, História do Comércio Exterior do Brasil, Demografia Histórica, História da População Brasileira, Política Populacional Brasileira, Imigração, Colonização e Migrações Internas, História Social, Fundamentos Institucionais da Sociedade Brasileira).

As áreas de concentração têm igualmente disciplinas e métodos e técnicas de pesquisa específicas, seminários e tópicos especiais apropriados a cada opção. Ao ingressar no curso o aluno define sua opção por uma das áreas.

A obtenção do Título de Mestre requer um mínimo de 40 (quarenta) créditos, sendo 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas e seminários acadêmicos, 10 (dez) créditos em atividades programadas, compreendendo estágios, pesquisas de campo e gabinete, coleta e organização de dados, etc., e 6 (seis) créditos na elaboração e defesa da Dissertação.

O Doutorado em História oferece disciplinas obrigatórias teóricas e metodológicas (Teorias da População, Técnicas de Análise em Demografia Histórica) e disciplinas eletivas (entre as quais, História dos Movimentos Agrários, História Econômica da População, História da Família e do Casamento, Genética Demográfica).

A obtenção do título de Doutor requer um mínimo de 80 (oitenta) créditos, sendo 40 (quarenta) em disciplinas e seminários acadêmicos, 25 (vinte e cinco) créditos em atividades programadas, compreendendo estágios, pesquisas de campo e gabinete, coleta e organização de dados, etc., e 15 (quinze)

créditos na elaboração e defesa de Tese. A obtenção do grau de Doutor exige ainda aprovação em exame final de qualificação.

Os cursos de Mestrado e de Doutorado em História terão a duração mínima de 1 (um) e 2 (dois) anos letivos, e máxima de 4 (quatro) e de 6 (seis) anos, respectivamente. Ao nível de Mestrado 12 (doze) meses são destinados aos estudos e trabalhos acadêmicos, e mais 12 (doze) meses prorrogáveis para a elaboração e defesa da Dissertação. No programa de Doutorado os estudos e trabalhos acadêmicos compreendem 2 (dois) anos e mais 4 (quatro) anos são destinados a elaboração e defesa de Tese.

O desenvolvimento e consolidação do programa de pós-graduação em História resultou de um esforço sistemático de pesquisa que, formando professores e pesquisadores experimentados, deu suporte à constituição dos seus cursos.

Linhas de pesquisa

As diretrizes assumidas quando da organização, em 1959, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, conduziram suas atividades científicas e didáticas para a adoção de algumas linhas de pesquisa voltadas para a história econômica e social, objetivando reconstituir um quadro tanto quanto possível completo da sociedade e da economia paranaense.

As linhas de pesquisa deste programa foram estabelecidas a partir de um seminário de revisão crítica da historiografia paranaense, e foram direcionadas para o estudo da formação e composição dos efetivos populacionais e das estruturas sócio-econômicas do Paraná.

Estas linhas de pesquisa revelaram-se extraordinariamente fecundas proporcionando suportes para a realização de projetos muito específicos, bem como para a estruturação de planos curriculares bastante dinâmicos para os seus cursos de graduação e pós-graduação.

Para exemplificar o nível de integração obtido, basta notar que as áreas de concentração do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná foram estabelecidas e implantadas por etapas, em consonância com o desenvolvimento das pesquisas em curso.

só por integrar número significativo de professores e alunos, mas também pela sua alta produtividade, são "Levantamento e

As linhas de investigação de maior força aglutinadora, não

Arrolamento de Arquivos" e "História Demográfica do Paraná". No primeiro caso trata-se de pesquisa básica, com resultados a longo prazo, que objetiva a preservação, arranjo e utilização dos acervos documentais de arquivos locais. Propicia ampla colaboração entre professores e alunos, o treinamento destes e, sobretudo, verdadeira salvação de arquivos que, recuperados e organizados, são colocados à disposição dos pesquisadores permitindo a aplicação de metodologia avançada na historiografia brasileira.

Seus resultados somam mais de uma centena de trabalhos publicados, além dos modelos de fichas criados para sua aplicação, e têm servido de exemplo e orientação metodológica adotados por diversas universidades, entidades e pesquisadores que desenvolvem investigações correlatas. No momento, está em preparo um guia de pesquisa e de fontes para a história social brasileira.

Os trabalhos desenvolvidos em História Demográfica compreendem atualmente mais de quarenta títulos incluindo teses de Doutorado, dissertações de Mestrado, comunicações em colóquios, encontros e congressos científicos, e artigos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras. Foi também publicado um manual especializado, "Técnicas de Análise em Demografia Histórica", para alargar a aplicação dessa metodologia no Brasil, elevando a produção científica nesta área aos padrões internacionais.

Outra linha de pesquisa estruturada com base no amplo emprego de técnicas quantitativas, intitula-se "Quantificação das atividades econômicas paranaenses nos séculos XIX e XX". Integra vários projetos departamentais cuja temática compreende desde as atividades do criatório e comércio de gado, preços e política de terras, expansão e diversificação agrícola paranaense, preços de gêneros alimentícios em Curitiba, até a análise das exportações, importações e flutuações do comércio exterior do Brasil Meridional. De alguns projetos já há resultados parciais elaborados e publicados, sobretudo o último que já propiciou a publicação de cerca de vinte trabalhos divulgados principalmente em revistas especializadas nacionais e estrangeiras.

O desenvolvimento destas linhas de pesquisa tem proporcionado substantivas contribuições à historiografia brasileira, consolidando igualmente a institucionalização das atividades integradas de pesquisa e ensino no Departamento de História, da Universidade Federal do Paraná.

História: questões & debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborado sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas, com título claro, assinalando, no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

